



(LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP)

**Aviso Dispensa de Licitação nº 014/2025**  
**Processo Administrativo nº 092/2025**

**DA UNIDADE CONTRATANTE/ÓRGÃO:**  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA

**OBJETO: Contratação de Empresa para a Manutenção do Sistema de SOM do Plenário da Câmara Municipal de Sandolândia/TO, com fornecimento de material e mão de obra.**

**VALOR TOTAL LIMITE DE CONTRATAÇÃO - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

- Limite estabelecido na LEI FEDERAL N 14.133/2021, COM FULCRO NO ARTIGO 75, INCISO II (Vigência).
- Portaria 001/2024

**PERÍODO DE PROPOSTAS**

- De 10/04/2025 às 09h00
- Até 15/04/2025 às 09h00

**LOCAL:** Câmara Municipal de Sandolândia, situada na Rua Dona Sena, esq. com Av. Joaquim Rodrigues de Moraes s/nº, centro, na cidade de Sandolândia /Estado do Tocantins, e-mail: [poderlegislativosandolandia@gmail.com](mailto:poderlegislativosandolandia@gmail.com).

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**  
SIM

A Câmara Municipal de Sandolândia - TO, torna público que realizará Dispensa Eletrônica **EM RAZÃO DE BAIXO VALOR**, com critério de julgamento tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, na hipótese da LEI FEDERAL N 14.133/2021, COM FULCRO NO ARTIGO 75, INCISO II e demais legislação aplicável.



## 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação direta Contratação de Empresa para a Manutenção do Sistema de SOM do Plenário da Câmara Municipal de Sandolândia/TO, com fornecimento de material e mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação ocorrerá compreendendo o(s) quantitativo(s) conforme tabela constante no termo de referência anexo a este aviso.

1.2.1. Havendo mais de UM item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO:

2.1 O Credenciamento será realizado a partir das 09h00, do dia 10/04/2025, na Sede da Câmara Municipal de Sandolândia - TO, com os documentos relativos à PROPOSTAS DE PREÇOS e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO definidos neste Edital e seus anexos, deverão ser protocolados, até as 09h00 horas do dia 15/04/2025, na Sede da Câmara Municipal de Sandolândia, localizada na Rua Dona Sena, esq. com Av. Joaquim Rodrigues de Moraes s/nº, centro, na cidade de Sandolândia /Estado do Tocantins, ou através do e-mail: [poderlegislativosandolandia@gmail.com](mailto:poderlegislativosandolandia@gmail.com).

2.2 Para participação na presente licitação, às empresas deverão se apresentar para o certame através de procurador devidamente constituído, devendo apresentar no início da licitação, PROCURAÇÃO com poderes específicos ou CARTA DE CREDENCIAMENTO com firma reconhecida em cartório (ANEXO II).

2.2.1 Fica dispensada a exigência de procuração ou carta de credenciamento, caso a representação na licitação se faça através de diretor ou sócio da empresa, devidamente comprovado através da apresentação de qualquer documento abaixo:

2.2.2 - Registro Comercial, no caso de Empresa Individual;

2.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado,



em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

2.2.3.1 - Os documentos em apreço deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva;

2.2.4 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

2.2.5 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

2.2.6 - Cópia do CPF e RG do proprietário e sócios.

2.2.7 - AS MICRO EMPRESA, MEI E EMPRESA DE PEQUENO PORTE deverão apresentar no ato do Credenciamento, certidão simplificada como forma de comprovação de enquadramento como MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE emitido pela Junta Comercial da sede da licitante, deverá ser emitida com data do ano vigente, bem como, Declaração de enquadramento de micro empresa e empresa de pequeno porte Anexo VIII.

**3.** Não poderão participar desta dispensa os licitantes:

3.1.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.1.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.1.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com



agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.1.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

#### **4. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

4.1 A Proposta de Preços deverá ser apresentada no formulário fornecido pela Câmara Municipal de Sandolândia - TO, (Anexo VI) deste Edital, ou em formulário próprio contendo as mesmas informações exigidas no referido formulário, assinado por quem de direito, em 01 (uma) via, no idioma oficial do Brasil, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, constando o preço de cada item, expresso em reais (R\$), com 02 (dois) dígitos após a vírgula no valor unitário, em algarismos arábicos, conforme o formulário mencionado acima, devendo todas as folhas ser rubricadas e numeradas;

4.2 Os preços apresentados na proposta devem apresentar o valor o item ofertado e devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamentos, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.



- 4.3 Constar prazo de validade das condições propostas não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de apresentação da proposta. Não havendo indicação expressa, esse prazo será considerado como tal;
- 4.4 Indicar a razão social da empresa licitante, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento da empresa que efetivamente irá fornecer o objeto da licitação, endereço completo, telefone, fac-símile e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como o número da conta corrente bancária e agência respectiva.
- 4.5 Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão às da proposta. Ocorrendo divergência entre o valor unitário e total para os itens do objeto do Edital, será considerado o primeiro.
- 4.6 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.7 A proposta de preços será considerada completa, abrangendo todos os custos com a Prestação do Serviço/entrega do objeto licitado, conforme disposto no item 4.2.
- 4.8 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste ato convocatório.
- 4.9 A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.
- 4.10 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas, implica em submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação federal mencionada no preâmbulo deste Edital.
- 4.11 As licitantes que enviarem as propostas por e-mail e não comparecerem, terão suas propostas de preços validadas, desde que cumpram todos os requisitos, sendo que



as mesmas não participarão da fase de lances.

## 5. FASE DE LANCES

5.1. No julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observado os prazos máximos para prestação, e qualidade definidos neste Edital.

5.2. Após a abertura das propostas de preços, os autores das ofertas de valores mais baixos poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;

5.3. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de Contratação.

5.4. O Agente de Contratação convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

5.5. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Agente de Contratação, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

5.6. Confirmados os lances, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas neste Edital.

5.7. Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

5.8. Declarado o encerramento da etapa competitiva e ordenada às propostas, o responsável pela condução do processo examinará a aceitabilidade da primeira classificada.

5.9. Analisadas as propostas apresentadas e concluída a etapa de lances verbais, a classificação final dar-se-á pela ordem crescente dos preços, observando-se, quando aplicável, a LC nº 123/2006.



5.10. Se a proposta ou o lance do lote/item de menor oferta não for aceitável, por inexequibilidade, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias o Agente de Contratação examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Agente de Contratação poderá negociar com o participante para que seja obtido valor melhor;

5.11. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de Habilitação do 1º classificado, e, caso este seja inabilitado o Agente de Contratação determinará a abertura do envelope de Habilitação do segundo classificado, e, assim, sucessivamente.

5.12. Nas situações previstas nos subitens 5.8 e 5.9, o Agente de Contratação poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

## **6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

6.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

6.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

6.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

6.3.1. Além da documentação supracitada, o agente de contratação, ou gestor de compras responsável pela operacionalização da dispensa eletrônica, poderá solicitar do



fornecedor com a melhor proposta planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, com os valores adequados à proposta vencedora, desde que seja necessário a observação da exequibilidade de preços.

6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. contiver vícios insanáveis;

6.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.7. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.7.1. para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;

6.7.2. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.



6.7.3. será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

6.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 7. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações posteriores ou consolidação, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em



funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

- e) Cédula de identidade(s) dos representante(s) legal(is);

**7.1.1. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de Regularidade referente a Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da Jurisdição Fiscal do estabelecimento licitante;
- d) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS);
- e) Prova de Regularidade referente a Débito Municipal da Jurisdição Fiscal do estabelecimento licitante;
- f) Prova de Regularidade referente a Débitos Trabalhistas - CNDT, junto à Secretaria do Ministério do Trabalho.
- h) Declaração, sob as penas da lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação em qualquer esfera de poder;
- i) Declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto do inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal;

7.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

7.2.1. A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

7.3. Quando for o caso, o fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

7.3.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.



7.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será

suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.5.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.6. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

7.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.9. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

7.9.1. A consulta aos dois cadastros - CEIS e CNJ - na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 - Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na contratação. A Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP do Portal da Transparência.

7.9.2. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a



substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

7.9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.9.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.9.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

7.9.6. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.10. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

### **7.1.2 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- NÃO SE APLICA

### **7.1.3. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

7.1.3.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no primeiro dia útil seguinte ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

8.1.1 - As petições poderão serem encaminhadas por e-mail, podendo ainda



serem protocolizadas na Sede da Câmara Municipal de Sandolândia – TO.

8.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Agente de Contratação ao vencedor.

8.4 - Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

## 9. CONTRATAÇÃO

9.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

9.2 O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

9.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

9.4 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

9.6 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

9.8 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.9 A vigência do presente contrato será determinada: 12 (doze) meses., a partir



da data de sua assinatura ou até o término do trabalho, podendo ser prorrogada e alterada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

9.10 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## 10. SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 10.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 10.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 10.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 10.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 10.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - b) Multa de 10% (dez por



cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

10.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não



consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. O procedimento será divulgado, portal da transparência da Câmara Municipal de Sandolândia - TO, Diário Oficial do Município de Sandolândia - TO.

11.2. No caso de todos os participantes restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

11.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

11.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

11.2.3. 9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento, e devidamente publicado no portal do órgão.

11.2.4. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

11.3. As providências dos subitens 11.2.1 e 11.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

11.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

11.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça



a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

11.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

11.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

11.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

11.11. Da sessão pública será divulgada Ata no Portal da Tranparência da Câmara Municipal de Sandolândia - TO.

11.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.12.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
- 11.12.2. ANEXO II CARTA DE CREDENCIAMENTO
- 11.12.3. ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA;
- 11.12.4. ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES;
- 11.12.5. ANEXO V - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
- 11.12.6. ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO.

Sandolândia – TO, 10 de abril de 2025.

**QUETUNI BRENA MENEZES DE SOUSA**  
Agente de Contratação



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
(Processo Administrativo n°. 092/2025)

**1. DEMANDANTE:**

1.1 Demandante: Câmara Municipal de Sandolândia

1.2 Responsável: **ATHOS DIEGO RIBEIRO DE SOUZA**

**2. DO OBJETO**

2.1. Constitui objeto a **Contratação de Empresa para a Manutenção do Sistema de SOM do Plenário da Câmara Municipal de Sandolândia/TO, com fornecimento de material e mão de obra**, conforme descrição abaixo:

ITEM	UND	QUANT	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO (R\$)	VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)
01	UND	01	MESA DE SOM 12 CANAIS COMBO (ENTRADAS BALANCEADAS XLR OU P-10) COMPRESSOR POR CANAL EQUALIZAÇÃO DE 3 VIAS (GRAVE, MÉDIO E AGUDO) POR CANAL POSSUI EFEITOS DE 24 BITS 99 EFEITOS PROCESSADOR DE EFEITOS COM TELA DE LCD EQUALIZADOR GRÁFICO DE 9 BANDA 1 AUXILIAR SEND ENTRADA USB COM DISPLAY DIGITAL GRAVAÇÃO E REPRODUÇÃO DIRETA EM USB INTERFACE DE ÁUDIO FUNÇÃO BLUETOOTH LEDS INDICADORES DE PICO +48V PHANTOM POWER BIVOLT	2.078,33	<b>2.078,33</b>
02	UND	02	MICROFONE SEM FIO GOOSENECK DE MESA COM 2 BASES INDEPENDENTES DISPLAY EM LED, COM INDICAÇÃO DE CANAL, BATERIA, FREQUÊNCIA E SINAL DE FREQUÊNCIA MICROFONE CONDENSADOR GOOSENECK COM INDICADOR (POWER ON/OFF) CAPSULA ELETRO BOTÃO ON/OFF (APERTE POR 2 SEGUNDOS) JACK PARA CONEXÃO DA HASTE DO MICROFONE COMPARTIMENTO PARA PILHAS JACK USB MINI PARA ALIMENTAÇÃO VIA CABO USB (+5VDC) TECLA SELETORA DE CANAIS RECEPTOR PARA DOIS MICROFONES 16 FREQUÊNCIAS DIFERENTES POR CANAL DISPLAY EM LED COLORIDO COM INDICAÇÕES DE ÁUDIO, FREQUÊNCIA E CANAL. ANTENAS ARTICULÁVEIS TECLA POWER NO PAINEL FRONTAL SAÍDAS DE ÁUDIO P-10 (MIXADA A + B) + 2 SAÍDAS XLR INDIVIDUAIS CONTROLES DE VOLUME EM AMBAS AS SAÍDAS CONECTOR DE ALIMENTAÇÃO TIPO MINI USB FONTE CHAVEADA USB MODELO: CLS-050100 REQUERIMENTO DE ENERGIA: 100 ~ 240VAC (50/60HZ)	1.426,67	<b>2.853,33</b>
03	UND	01	MICROFONE SEM FIO DUPLO BASTÃO RECEPTOR PARA DOIS MICROFONES (TRANSMISSOR DE MÃO K-48H) 48 FREQUÊNCIAS DIFERENTES POR CANAL MÉTODO DE PROGRAMAÇÃO PI/4 DQPSK DISPLAY EM LED COLORIDO COM INDICAÇÕES DE ÁUDIO, FREQUÊNCIA E CANAL. ANTENAS ARTICULÁVEIS TECLA POWER NO PAINEL FRONTAL SAÍDAS DE ÁUDIO P-10 (MIXADAS A + B) E XLR CONTROLES DE VOLUME EM AMBAS AS SAÍDAS CONECTOR DE ALIMENTAÇÃO USB TIPO C TRANSMISSOR DE MÃO K-48H 48 FREQUÊNCIAS DIFERENTES POR CANAL GLOBO ANATÔMICO	913,33	<b>913,33</b>



Estado do Tocantins  
Câmara Municipal de Sandolândia



			EM ESTRUTURA METÁLICA MÉTODO DE PROGRAMAÇÃO PI/4 DQPSK, SINTONIA POR CÓDIGO ID. TECLAS POWER E FREQUÊNCIA (TROCA DE FREQUÊNCIA COM APENAS UM TOQUE) DISPLAY EM LED COM INDICAÇÕES DE CANAL, FREQUÊNCIA E CONSUMO DE BATERIA. DINÂMICA UNIDIRECIONAL PADRÃO POLAR CARDIÓIDE IMPEDÂNCIA 600 OHMS RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 30HZ/20KHZ		
04	UND	01	MICROFONE GOOSENECK GOOSENECK DE 60CM COM CÁPSULA CONDENSADEIRA, PADRÃO POLAR CARDIÓIDE, SAÍDA DE ÁUDIO ATRAVÉS DO CONECTOR XLR BALANCEADO. PESCOÇO DE GANSO AJUSTÁVEL DE 60CM BOTÃO LIGA/DESLIGA COM LED INDICADOR. RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 60HZ - 16000HZ HASTE COM 60CM IMPEDÂNCIA: 600 Ω ALIMENTAÇÃO: 2x1,5V AA SENSIBILIDADE: -45DB CONECTOR: XLR (CABO NÃO ACOMPANHA O PRODUTO) ESPUMA ANTI-PUFF	323,00	<b>323,00</b>
05	UND	01	CAIXA ACÚSTICA COMPACTA MULTI-USO 3 CANAIS DE ENTRADA / B.T / TWS / EFX BATERIA DE ÍONS DE LÍTIO 1X WOOFER 6,5" BI-AMPLIFICAÇÃO DE 65W 3X FALANTES DE 2,75" PRÉ AMPLIFICADOR COM DSP CONTROLES DE VOLUME, GRAVES, AGUDOS E REVERB INDIVIDUAL EM CADA CANAL ENTRADA USB 2 OPÇÕES DE ANGULAÇÃO NO USO COMO MONITOR LEDS INDICADORES DO NÍVEL DE CARGA DA BATERIA SAÍDA LINE OUT AUTO VOLTAGEM (100~240V AC) ENTRADA AUXILIAR VIA CONECTOR P10 DIMENSÕES (LXAP): 240X330X290MM	2.359,67	<b>2.359,67</b>
06	UND	04	PLUG XLR (PAR MACHO+FEMEA) MODELO MACHO: RX3MP-NT MODELO FEMEA: RX3FP-NT COR: PRATEADO (NIQUELADO) COM PRETO TIPO: XLR MACHO E FEMEA DE LINHA CONEXÃO: 3 PINOS USO RECOMENDADO: ÁUDIO, MICROFONE OU ILUMINAÇÃO CARCAÇA EM LIGA DE ZINCO CONTATOS COM REVESTIMENTO ESTANHADO QUANTIDADE: KIT COM 2 CONECTORES (1 MACHO E 1 FEMEA) DIMENSÕES: 7 CM X 4 CM X 2 CM	28,50	<b>114,00</b>
07	UND	06	7PLUG XLR FEMEA RX3FP-NT COR: PRATEADO (NIQUELADO) COM PRETO TIPO: XLR FEMEA CONEXÃO: 3 PINOS USO: ÁUDIO, MICROFONE OU ILUMINAÇÃO MATERIAL DA CARCAÇA: LIGA DE ZINCO RESISTENTE E BUCHA PA 30% GR CONTATOS: BRONZE REVESTIMENTO DE CONTATOS: ESTANHO DIMENSÕES: 2 CM X 7 CM X 2 CM	14,43	<b>86,60</b>
08	UND	06	PLUG XLR MACHO RX3MP- -NT TIPO: XLR MACHO CONEXÃO: 3 PINOS MATERIAL DA CARCAÇA: LIGA DE ZINCO RESISTENTE E BUCHA PA 30% GR CONTATOS: LATÃO REVESTIMENTO DE CONTATOS: ESTANHO DIMENSÕES: 2 CM X 7 CM X 2 CM	14,43	<b>86,60</b>
09	UND	01	UG TR P10 MONO C/ MOLA RJ2PP-NN CORPO LIGA DE ZINCO FUNDIDO ISOLAMENTO PA66 30% GR E PLACA DE BAQUELITE CONTATO LATÃO CHAPEAMENTO DE CONTATOS NÍQUEL	12,47	<b>12,47</b>
10	UND	03	PILHA ALCALINA LR06 C/02 AA TIPO DA BATERIA: AA / LR6 ALCALINA TENSÃO DA PILHA: 1,5 VOLT COMPOSIÇÃO QUÍMICA: ALCALINA METAIS PESADOS: SEM CD, SEM HG, SEM PB INTERCAMBIÁVEL COM: AA, LR6, AM3, 15A, MN1500	15,93	<b>47,80</b>
11	UND	01	PLUG P2 TRS 3,5MM NICKEL PLUGUE P2 STEREO	20,60	<b>20,60</b>



			WC 1323 TRS MLBKNI LIGUE 3,5MM TRS MACHO LINHA		
12	UND	06	CABO BALANCEADO AUDIO 0,30MM MOD X30 PRETO DESCRIÇÃO DO PRODUTO: CABO DE MICROFONE BALANCEADO COM LIGA DE COBRE OFHC (ISENTO DE OXIGÊNIO), BLINDAGEM TRANÇADA + FITA DE ALUMÍNIO, BITOLA 0,30MM <sup>2</sup> /22AWG.	7,03	<b>42,20</b>
13	SV	01	SERVIÇO DE MANUTEÇÃO SOM PLENARIO INSTALÃO DA MESA DE SOM, INSTALAÇÃO MICROFONES SEM FIO, REVISÃO NO AMPLIFICADOR, MICROFONES COM FIO, CAIXAS DE SOM E TODOS OS CABOS DO SOM, REGULAGEM	2.823,33	<b>2.823,33</b>

### 3. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1.1. Estima-se que o valor da Contratação será de 11.761,27 (onze mil setecentos e sessenta e um reais e vinte e centavos), para efeito do cálculo do valor estimado foi utilizado planilhas de orçamentos adquirido através das empresas CLICK MUSIC, INSTITUTO MUSICAL NOVO SOM E MUSICAL CENTER empresas que atuam no ramo de emissão de fornecimento de equipamentos e manutenção de som.

### 4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratação de serviços para implantação e configuração de internet e rede com fornecimento de material e mão de obra é necessária para atender às necessidades da Câmara Municipal de Sandolândia. Isso porque a instituição precisa de uma infraestrutura de tecnologia da informação (TI) confiável e eficiente para realizar suas atividades administrativas e legislativas de forma eficaz.

4.2 A contratação de um serviço de internet com velocidade mínima de 300 MB e dois pontos de acesso é fundamental para garantir a conectividade e a comunicação entre os servidores, funcionários e o público externo. Além disso, a configuração de uma rede segura e estável é essencial para proteger os dados e sistemas da Câmara Municipal contra ameaças cibernéticas e perdas de informações .

4.3 A justificativa para essa contratação também se baseia na necessidade de modernizar e otimizar os processos internos da Câmara Municipal, tornando-os mais eficientes e transparentes. Com uma infraestrutura de TI atualizada, a instituição poderá melhorar a prestação de serviços ao público, aumentar a produtividade dos funcionários e reduzir custos operacionais .

4.4 Portanto, a contratação de serviços para implantação e configuração de internet e rede com fornecimento de material e mão de obra é uma necessidade imperativa para a Câmara Municipal de Sandolândia, visando atender às suas necessidades de TI e melhorar a sua eficiência e eficácia.



## 5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. Não se Aplica.

## 6. DO OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS

- 6.1. O objeto deverá ser prestado, de acordo com a autorização e acompanhamento da autoridade competente da Câmara Municipal.
- 6.2. O serviço deverá ser acompanhado no local pelo representante da CONTRATADA devidamente qualificado;
- 6.3. A CONTRATADA declara ter pleno conhecimento das condições locais onde serão executados os serviços objetos do presente Contrato, pelo que reconhece ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual dos encargos assumidos;
- 6.4. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas, bem como manter em dia as obrigações sociais e salariais dos empregados;
- 6.5. Permitir e facilitar a fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 6.6. Conduzir os serviços em estrita observância às normas da legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;
- 6.7. Responder por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e/ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- 6.8. Quitar por sua conta exclusiva todos os encargos técnicos, trabalhistas, previdenciários, civis, fiscais, comerciais e todas as demais despesas resultantes da execução deste contrato;
- 6.9. Manter as condições de habilitação exigidas no Edital e manter-se compatível com todas as obrigações assumidas durante a execução do contrato;
- 6.10. Guardar sigilo absoluto sobre todas as informações recebidas do CONTRATANTE e, bem assim, daquelas que venha a levantar ou conhecer durante execução do contrato, as quais não poderão ser utilizadas, sob qualquer pretexto, para finalidades outras que não a do cumprimento do objeto licitado;
- 6.11. Cuidar para que os elementos/dados utilizados na execução dos serviços contratualmente previstos recebam tratamento sigiloso por todos e quaisquer de seus



profissionais envolvidos no contrato, obrigando-se ainda a não reproduzi-los ou cedê-los sem prévia e escrita autorização do CONTRATANTE;

6.12. Providenciar a imediata correção das deficiências e / ou irregularidades apontadas pelo Fiscal do Contrato.

## 7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento ocorrerá até o dia 30 (trinta) de cada mês, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- e. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

8.2 moratória de 2% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

moratória de 2% por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10%, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

O atraso superior a 10 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

compensatória de 10 % sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

9.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

<b>Dotação Orçamentária</b>	01.031.0001.2001 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA
<b>Elemento de Despesa</b>	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA
<b>Elemento de Despesa</b>	4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
<b>Elemento de Despesa</b>	3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
<b>Fonte de Recurso</b>	1.500000000000 Recursos Próprios



## 10. VIGÊNCIA DO CONTRATO

10. O contrato terá vigência de 30 (trinta) dias, partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogável por iguais e sucessivos períodos, nos termos da lei 14.133/2021.

## 11. FUNDAMENTO LEGAL

11.1 A presente contratação por meio de Dispensa de Licitação tem como fundamento o art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021:

“Art. 75 – É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Decreto nº 12343/2024

Art. 75, caput, inciso R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

11.2 Considerando que se tem preenchido os requisitos legais supracitados, haja vista tratar-se de contratação de serviço comum da Câmara Municipal de Sandolândia - TO.

## 12. REVISÃO E REAJUSTAMENTO

12.1 O valor do contrato poderá ser reajustado a cada 12 (doze) meses, tomando-se por base o índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, ou na sua falta, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir.

12.2 A revisão de preços, nos termos do art. 124, II, d- Lei Federal 14.133/2021, por acordo entre as partes, para restabelecer o equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, deve ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, ou os fatos que ensejaram a alteração de preço.

## 13. DO CONTROLE E EXECUÇÃO

13.1 O controle e execução do contrato será exercida por um representante da Câmara Municipal de Sandolândia - TO, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

13.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

13.3 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhadas a Presidência da Câmara Municipal de Sandolândia - TO os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.4 A Câmara Municipal de Sandolândia - TO, ficará responsável pelo gerenciamento do contrato, procedendo à fiscalização rotineira dos serviços realizados, quanto à qualidade e ao atendimento de todas as especificações e prazos previstos no Edital e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.



13.5 As irregularidades constatadas pelo órgão requisitante deverão ser comunicadas à Presidência da Câmara, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las, ou quando for o caso, aplicar as penalidades previstas.

#### **14. DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS:**

14.1 A avaliação da qualidade e o aceite dos serviços executados passarão pela avaliação por parte da fiscalização do contrato, por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração, entre outros, dos seguintes aspectos:

#### **15. MEDIDAS ACAUTELADORAS:**

15.1. Consoante o Artigo 45 da Lei nº 9.784/99, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

#### **16. DA SUBCONTRATAÇÃO:**

16.1 Fica vedada a subcontratação do objeto.

#### **17. DA CONCLUSÃO:**

17.1 Por fim, solicitamos a referida contratação, na forma da Lei 14.133/2021.

17.2 A despesa deverá atender às exigências e rotinas previstas nas diversas normas e legislações que regem a Administração Pública, em especial as seguintes disposições contidas na:

a) Lei Federal 14.133/2021;

Sandolândia/TO, 10 de abril de 2025.

**ATHOS DIEGO RIBEIRO DE SOUZA**  
Presidente da Câmara Municipal de Sandolândia



## ANEXO I - CARTA DE CREDENCIAMENTO

A (nome da empresa)..... CNPJ nº ....., com sede à ....., neste ato representado pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o(a) Senhor(a) ....., (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº ....., expedido pela ....., devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº ....., residente à rua ....., nº ..... como meu mandatário, a quem confiro amplos poderes para junto ao Órgão..... praticar todos os atos necessários, relativos ao procedimento licitatório na modalidade de Dispensa de Licitação 007/2025, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente dando tudo como bom, firme e valioso.

### Data e Local

### Assinatura do Diretor ou Representante Legal

(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



**ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA;**

**REFERENTE: Dispensa de Licitação nº 014/2025.**

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA - TO.**

**OBJETO: Contratação de Empresa para a Manutenção do Sistema de SOM do Plenário da Câmara Municipal de Sandolândia/TO, com fornecimento de material e mão de obra.**

**PROPONENTE:**

**CNPJ/CPF:**

**ENDERECO:**

**TELEFONE:**

**EMAIL:**

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

ITEM	UND	QUANT	DESCRÍÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO (R\$)	VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)
01	UND	01	MESA DE SOM 12 CANAIS COMBO (ENTRADAS BALANCEADAS XLR OU P-10) COMPRESSOR POR CANAL EQUALIZAÇÃO DE 3 VIAS (GRAVE, MÉDIO E AGUDO) POR CANAL POSSUI EFEITOS DE 24 BITS 99 EFEITOS PROCESSADOR DE EFEITOS COM TELA DE LCD EQUALIZADOR GRÁFICO DE 9 BANDA 1 AUXILIAR SEND ENTRADA USB COM DISPLAY DIGITAL GRAVAÇÃO E REPRODUÇÃO DIRETA EM USB INTERFACE DE ÁUDIO FUNÇÃO BLUETOOTH LEDS INDICADORES DE PICO +48V PHANTOM POWER BIVOLT		
02	UND	02	MICROFONE SEM FIO GOOSENECK DE MESA COM 2 BASES INDEPENDENTES DISPLAY EM LED, COM INDICAÇÃO DE CANAL, BATERIA, FREQUÊNCIA E SINAL DE FREQUÊNCIA MICROFONE CONDENSADOR GOOSENECK COM INDICADOR (POWER ON/OFF) CAPSULA ELETRO BOTÃO ON/OFF (APERTE POR 2 SEGUNDOS) JACK PARA CONEXÃO DA HASTE DO MICROFONE COMPARTIMENTO PARA PILHAS JACK USB MINI PARA ALIMENTAÇÃO VIA CABO USB (+5VDC) TECLA SELETORA DE CANAIS RECEPTOR PARA DOIS MICROFONES 16 FREQUÊNCIAS DIFERENTES POR CANAL DISPLAY EM LED COLORIDO COM INDICAÇÕES DE ÁUDIO, FREQUÊNCIA E CANAL ANTENAS ARTICULÁVEIS TECLA POWER NO PAINEL FRONTAL SAÍDAS DE ÁUDIO P-10 (MIXADA A + B) + 2 SAÍDAS XLR INDIVIDUAIS CONTROLES DE VOLUME EM AMBAS AS SAÍDAS CONECTOR DE ALIMENTAÇÃO TIPO MINI USB FONTE CHAVEADA USB MODELO: CLS-050100 REQUERIMENTO DE ENERGIA: 100 ~ 240VAC (50/60HZ)		
03	UND	01	MICROFONE SEM FIO DUPLO BASTÃO RECEPTOR PARA DOIS MICROFONES (TRANSMISSOR DE MÃO K-48H) 48 FREQUÊNCIAS DIFERENTES POR		



Estado do Tocantins  
Câmara Municipal de Sandolândia



			CANAL MÉTODO DE PROGRAMAÇÃO PI/4 DQPSK DISPLAY EM LED COLORIDO COM INDICAÇÕES DE ÁUDIO, FREQUÊNCIA E CANAL. ANTENAS ARTICULÁVEIS TECLA POWER NO PAINEL FRONTAL SAÍDAS DE ÁUDIO P-10 (MIXADAS A + B) E XLR CONTROLES DE VOLUME EM AMBAS AS SAÍDAS CONECTOR DE ALIMENTAÇÃO USB TIPO C TRANSMISSOR DE MÃO K-48H 48 FREQUÊNCIAS DIFERENTES POR CANAL GLOBO ANATÔMICO EM ESTRUTURA METÁLICA MÉTODO DE PROGRAMAÇÃO PI/4 DQPSK, SINTONIA POR CÓDIGO ID. TECLAS POWER E FREQUÊNCIA (TROCA DE FREQUÊNCIA COM APENAS UM TOQUE) DISPLAY EM LED COM INDICAÇÕES DE CANAL, FREQUÊNCIA E CONSUMO DE BATERIA. DINÂMICA UNIDIRECIONAL PADRÃO POLAR CARDIÓIDE IMPEDÂNCIA 600 OHMS RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 30HZ/20KHZ		
04	UND	01	MICROFONE GOOSENECK GOOSENECK DE 60CM COM CÁPSULA CONDENSADORA, PADRÃO POLAR CARDIÓIDE, SAÍDA DE ÁUDIO ATRAVÉS DO CONECTOR XLR BALANCEADO. PESCOÇO DE GANSO AJUSTÁVEL DE 60CM BOTÃO LIGA/DESLIGA COM LED INDICADOR. RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 60HZ - 16000HZ HASTE COM 60CM IMPEDÂNCIA: 600 Ω ALIMENTAÇÃO: 2x1,5V AA SENSIBILIDADE: -45dB CONECTOR: XLR (CABO NÃO ACOMPANHA O PRODUTO) ESPUMA ANTI-PUFF		
05	UND	01	CAIXA ACÚSTICA COMPACTA MULTI-USO 3 CANAIS DE ENTRADA / B.T / TWS / EFX BATERIA DE ÍONS DE LÍTIO 1X WOOFER 6.5" BI-AMPLIFICAÇÃO DE 65W 3X FALANTES DE 2,75" PRÉ AMPLIFICADOR COM DSP CONTROLES DE VOLUME, GRAVES, AGUDOS E REVERB INDIVIDUAL EM CADA CANAL ENTRADA USB 2 OPÇÕES DE ANGULAÇÃO NO USO COMO MONITOR LEDS INDICADORES DO NÍVEL DE CARGA DA BATERIA SAÍDA LINE OUT AUTO VOLTAGEM (100~240V AC) ENTRADA AUXILIAR VIA CONECTOR P10 DIMENSÕES (LXAP): 240X330X290MM		
06	UND	04	PLUG XLR (PAR MACHO+FEMEA) MODELO MACHO: RX3MP-NT MODELO FÊMEA: RX3FP-NT COR: PRATEADO (NIQUELADO) COM PRETO TIPO: XLR MACHO E FÊMEA DE LINHA CONEXÃO: 3 PINOS USO RECOMENDADO: ÁUDIO, MICROFONE OU ILUMINAÇÃO CARCAÇA EM LIGA DE ZINCO CONTATOS COM REVESTIMENTO ESTANHADO QUANTIDADE: KIT COM 2 CONECTORES (1 MACHO E 1 FÊMEA) DIMENSÕES: 7 CM X 4 CM X 2 CM		
07	UND	06	7PLUG XLR FEMEA RX3FP-NT COR: PRATEADO (NIQUELADO) COM PRETO TIPO: XLR FÊMEA CONEXÃO: 3 PINOS USO: ÁUDIO, MICROFONE OU ILUMINAÇÃO MATERIAL DA CARCAÇA: LIGA DE ZINCO RESISTENTE E BUCHA PA 30% GR CONTATOS: BRONZE REVESTIMENTO DE CONTATOS: ESTANHO DIMENSÕES: 2 CM X 7 CM X 2 CM		
08	UND	06	PLUG XLR MACHO RX3MP- -NT TIPO: XLR MACHO CONEXÃO: 3 PINOS MATERIAL DA CARCAÇA: LIGA DE ZINCO RESISTENTE E BUCHA PA 30% GR CONTATOS: LATÃO REVESTIMENTO DE CONTATOS: ESTANHO DIMENSÕES: 2 CM X 7 CM X 2 CM		



Estado do Tocantins  
Câmara Municipal de Sandolândia



09	UND	01	UG TR P10 MONO C/ MOLA RJ2PP-NN CORPO LIGA DE ZINCO FUNDIDO ISOLAMENTO PA66 30% GR E PLACA DE BAQUELITE CONTATO LATÃO CHAPEAMENTO DE CONTATOS NÍQUEL		
10	UND	03	PILHA ALCALINA LR06 C/02 AA TIPO DA BATERIA: AA / LR6 ALCALINA TENSÃO DA PILHA: 1,5 VOLT COMPOSIÇÃO QUÍMICA: ALCALINA METAIS PESADOS: SEM CD, SEM HG, SEM PB INTERCAMBIÁVEL COM: AA, LR6, AM3, 15A, MN1500		
11	UND	01	PLUG P2 TRS 3,5MM NICKEL PLUGUE P2 STEREO WC 1323 TRS MLBKNI LIGUE 3,5MM TRS MACHO LINHA		
12	UND	06	CABO BALANCEADO AUDIO 0,30MM MOD X30 PRETO DESCRIÇÃO DO PRODUTO: CABO DE MICROFONE BALANCEADO COM LIGA DE COBRE OFHC (ISENTO DE OXIGÊNIO), BLINDAGEM TRANÇADA + FITA DE ALUMÍNIO, BITOLA 0,30MM <sup>2</sup> /22AWG.		
13	SV	01	SERVIÇO DE MANUTEÇÃO SOM PLENARIO INSTALAÇÃO DA MESA DE SOM, INSTALAÇÃO MICROFONES SEM FIO, REVISÃO NO AMPLIFICADOR, MICROFONES COM FIO, CAIXAS DE SOM E TODOS OS CABOS DO SOM, REGULAGEM		

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$ \_\_\_\_\_

VALIDADE DESTA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

Dados bancários do proponente para fins de pagamento: Banco:  
Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA  
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



### **ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÕES;**

REFERENTE: Dispensa de Licitação nº 014/2025  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA - TO.

**OBJETO: Contratação de Empresa para a Manutenção do Sistema de SOM do Plenário da Câmara Municipal de Sandolândia/TO, com fornecimento de material e mão de obra.**

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA - TO.**

**PROPONENTE:**

**CNPJ:**

1.0 - DECLARACÃO de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF - Art. 68, Inciso IIV, da Lei 14.133/21. O proponente acima qualificado, sob penas da Lei e em acatamento ao disposto no Art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal, Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara não possuir em seu quadro de pessoal, funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho; podendo existir menores, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente.

2.0 - DECLARACÃO de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito a participação na licitação. O proponente acima qualificado, declara não haver, até a presente data, fato impeditivo no que diz respeito a habilitação/participação na presente licitação, não se encontrando em concordata ou estado falimentar, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores. Ressalta, ainda, não estar sofrendo penalidade de declaração de idoneidade no âmbito da administração Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, arcando civil e criminalmente pela presente afirmação.

Local e Data. NOME/ASSINATURA/CARGO

Representante legal do proponente.

**OBSERVACÃO: AS DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, QUANDO FOR O CASO.**



**ANEXOS IV**  
**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**  
(MODELO)

À

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA**

**REFERENTE:** Dispensa de Licitação nº 014/2025

**OBJETO:** Contratação de Empresa para a Manutenção do Sistema de SOM do Plenário da Câmara Municipal de Sandolândia/TO, com fornecimento de material e mão de obra.

A empresa (**razão social**), nome fantasia\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF nº\_\_\_\_\_, com sede na (endereço completo)\_\_\_\_\_, através de seu representante legal/procurador o(a) Sr(a)\_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº\_\_\_\_\_ e CPF/MF nº\_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob penas da lei que, cumpre os requisitos legais para a qualificação empresarial estabelecida pela Lei Complementar 123/2006, bem como, Lei Complementar 147/2014; estando apta a usufruir do tratamento diferenciado estabelecido nas leis acima, para fins do cumprimento do disposto na Dispensa de Licitação nº 007/2025, e participação no referido certame; **DECLARA** que esta empresa, na presente data, é enquadrada como:

- (  ) **MICROEMPRESA - ME**, conforme inciso 1, do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006;  
(  ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP**, conforme inciso II, do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006;  
(  ) **MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI**, conforme inciso artigo 18 da Lei Complementar Federal nº 147/2014;

**DECLARA**, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei 123/2006; e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame. Por ser verdade, firmo a presente declaração.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Local, data

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**Obs.:** Este formulário é meramente exemplificativo para a apresentação do anexo referente à Dispensa de Licitação nº 014/2025, não devendo conter o cabeçalho e rodapé do presente formulário, que deverá constar o cabeçalho e rodapé da referida proponente.



ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO.  
**Dispensa de Licitação nº 014/2025**  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 092/2025  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: xxxxxxxx

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA E ....., PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado **CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA - TO**, com sede na Rua Dona Sena, esq. com Av. Joaquim Rodrigues de Moraes s/nº, centro, na cidade de Sandolândia / Estado do Tocantins, inscrita no CNPJ sob o nº 37.344.603/0001-10 neste ato representado pelo seu presidente Sr. ATHOS DIEGO RIBEIRO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, agente político, portador do RG nº 924.137 SSP/TO, CPF nº 014.256.481-85, residente e domiciliado à Av. Edielly Goncalves Pugas S/n Qd. 32 Lt. 10 - Sol Nascente, Sandolândia - TO, CEP: 77.478-000, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado ....., - ....., - .....

- ....., - ..., CNPJ nº ....., neste ato representado por .... residente e domiciliado na ...., ....., - ....., - ...., CPF nº ....., Carteira de Identidade nº ...., doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:**

Este contrato decorre da Dispensa de Licitação nº 001/2025, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:**

**O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada, tem por objeto: Contratação de Empresa para a Manutenção do Sistema de SOM do Plenário da Câmara Municipal de Sandolândia/TO, com fornecimento de material e mão de obra.**

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de Dispensa de Licitação nº 007/2025 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:**

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ ... () .

Conforme demonstrado abaixo:



Estado do Tocantins  
Câmara Municipal de Sandolândia



ITEM	UND	QUANT	DESCRÍÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO (R\$)	VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)
01	UND	01	MESA DE SOM 12 CANAIS COMBO (ENTRADAS BALANCEADAS XLR OU P-10) COMPRESSOR POR CANAL EQUALIZAÇÃO DE 3 VIAS (GRAVE, MÉDIO E AGUDO) POR CANAL POSSUI EFEITOS DE 24 BITS 99 EFEITOS PROCESSADOR DE EFEITOS COM TELA DE LCD EQUALIZADOR GRÁFICO DE 9 BANDA 1 AUXILIAR SEND ENTRADA USB COM DISPLAY DIGITAL GRAVAÇÃO E REPRODUÇÃO DIRETA EM USB INTERFACE DE ÁUDIO FUNÇÃO BLUETOOTH LEDS INDICADORES DE PICO +48V PHANTOM POWER BIVOLT		
02	UND	02	MICROFONE SEM FIO GOOSENECK DE MESA COM 2 BASES INDEPENDENTES DISPLAY EM LED, COM INDICAÇÃO DE CANAL, BATERIA, FREQUÊNCIA E SINAL DE FREQUÊNCIA MICROFONE CONDENSADOR GOOSENECK COM INDICADOR (POWER ON/OFF) CAPSULA ELETRO BOTÃO ON/OFF (APERTE POR 2 SEGUNDOS) JACK PARA CONEXÃO DA HASTE DO MICROFONE COMPARTIMENTO PARA PILHAS JACK USB MINI PARA ALIMENTAÇÃO VIA CABO USB (+5VDC) TECLA SELETORA DE CANAIS RECEPTOR PARA DOIS MICROFONES 16 FREQUÊNCIAS DIFERENTES POR CANAL DISPLAY EM LED COLORIDO COM INDICAÇÕES DE ÁUDIO, FREQUÊNCIA E CANAL. ANTENAS ARTICULÁVEIS TECLA POWER NO PAINEL FRONTAL SAÍDAS DE ÁUDIO P-10 (MIXADA A + B) + 2 SAÍDAS XLR INDIVIDUAIS CONTROLES DE VOLUME EM AMBAS AS SAÍDAS CONECTOR DE ALIMENTAÇÃO TIPO MINI USB FONTE CHAVEADA USB MODELO: CLS-050100 REQUERIMENTO DE ENERGIA: 100 ~ 240VAC (50/60HZ)		
03	UND	01	MICROFONE SEM FIO DUPLO BASTÃO RECEPTOR PARA DOIS MICROFONES (TRANSMISSOR DE MÃO K-48H) 48 FREQUÊNCIAS DIFERENTES POR CANAL MÉTODO DE PROGRAMAÇÃO PI/4 DQPSK DISPLAY EM LED COLORIDO COM INDICAÇÕES DE ÁUDIO, FREQUÊNCIA E CANAL. ANTENAS ARTICULÁVEIS TECLA POWER NO PAINEL FRONTAL SAÍDAS DE ÁUDIO P-10 (MIXADAS A + B) E XLR CONTROLES DE VOLUME EM AMBAS AS SAÍDAS CONECTOR DE ALIMENTAÇÃO USB TIPO C TRANSMISSOR DE MÃO K-48H 48 FREQUÊNCIAS DIFERENTES POR CANAL GLOBO ANATÔMICO EM ESTRUTURA METÁLICA MÉTODO DE PROGRAMAÇÃO PI/4 DQPSK, SINTONIA POR CÓDIGO ID. TECLAS POWER E FREQUÊNCIA (TROCA DE FREQUÊNCIA COM APENAS UM TOQUE) DISPLAY EM LED COM INDICAÇÕES DE CANAL, FREQUÊNCIA E CONSUMO DE BATERIA. DINÂMICA UNIDIRECIONAL PADRÃO POLAR CARDIÓIDE IMPEDÂNCIA 600 OHMS RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 30HZ/20KHZ		
04	UND	01	MICROFONE GOOSENECK GOOSENECK DE 60CM COM CÁPSULA CONDENSADORA, PADRÃO POLAR CARDIÓIDE, SAÍDA DE ÁUDIO ATRAVÉS DO CONECTOR XLR BALANCEADO. PESCOÇO DE GANZO AJUSTÁVEL DE 60CM BOTÃO LIGA/DESLIGA COM LED INDICADOR. RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 60HZ - 16000HZ HASTE COM 60CM IMPEDÂNCIA: 600 Ω ALIMENTAÇÃO: 2x1,5V		



Estado do Tocantins  
Câmara Municipal de Sandolândia



			AA SENSIBILIDADE: -45DB CONECTOR: XLR (CABO NÃO ACOMPANHA O PRODUTO) ESPUMA ANTI-PUFF		
05	UND	01	CAIXA ACÚSTICA COMPACTA MULTI-USO 3 CANAIS DE ENTRADA / B.T / TWS / EFX BATERIA DE ÍONS DE LÍTIO 1X WOOFER 6,5" BI-AMPLIFICAÇÃO DE 65W 3X FALANTES DE 2,75" PRÉ AMPLIFICADOR COM DSP CONTROLES DE VOLUME, GRAVES, AGUDOS E REVERB INDIVIDUAL EM CADA CANAL ENTRADA USB 2 OPÇÕES DE ANGULAÇÃO NO USO COMO MONITOR LEDS INDICADORES DO NÍVEL DE CARGA DA BATERIA SAÍDA LINE OUT AUTO VOLTAGEM (100~240V AC) ENTRADA AUXILIAR VIA CONECTOR P10 DIMENSÕES (LXAP): 240X330X290MM		
06	UND	04	PLUG XLR (PAR MACHO+FEMEA) MODELO MACHO: RX3MP-NT MODELO FEMEA: RX3FP-NT COR: PRATEADO (NIQUELADO) COM PRETO TIPO: XLR MACHO E FEMEA DE LINHA CONEXÃO: 3 PINOS USO: RECOMENDADO: ÁUDIO, MICROFONE OU ILUMINAÇÃO CARCAÇA EM LIGA DE ZINCO CONTATOS COM REVESTIMENTO ESTANHADO QUANTIDADE: KIT COM 2 CONECTORES (1 MACHO E 1 FEMEA) DIMENSÕES: 7 CM X 4 CM X 2 CM		
07	UND	06	7PLUG XLR FEMEA RX3FP-NT COR: PRATEADO (NIQUELADO) COM PRETO TIPO: XLR FEMEA CONEXÃO: 3 PINOS USO: ÁUDIO, MICROFONE OU ILUMINAÇÃO MATERIAL DA CARCAÇA: LIGA DE ZINCO RESISTENTE E BUCHA PA 30% GR CONTATOS: BRONZE REVESTIMENTO DE CONTATOS: ESTANHO DIMENSÕES: 2 CM X 7 CM X 2 CM		
08	UND	06	PLUG XLR MACHO RX3MP- -NT TIPO: XLR MACHO CONEXÃO: 3 PINOS MATERIAL DA CARCAÇA: LIGA DE ZINCO RESISTENTE E BUCHA PA 30% GR CONTATOS: LATÃO REVESTIMENTO DE CONTATOS: ESTANHO DIMENSÕES: 2 CM X 7 CM X 2 CM		
09	UND	01	PLUG TR P10 MONO C/ MOLA RJ2PP-NN CORPO LIGA DE ZINCO FUNDIDO ISOLAMENTO PA66 30% GR E PLACA DE BAQUELITE CONTATO LATÃO CHAPEAMENTO DE CONTATOS NÍQUEL		
10	UND	03	PILHA ALCALINA LR06 C/02 AA TIPO DA BATERIA: AA / LR6 ALCALINA TENSÃO DA PILHA: 1,5 VOLT COMPOSIÇÃO QUÍMICA: ALCALINA METAIS PESADOS: SEM CD, SEM HG, SEM PB INTERCAMBIÁVEL COM: AA, LR6, AM3, 15A, MN1500		
11	UND	01	PLUG P2 TRS 3,5MM NICKEL PLUGUE P2 STEREO WC 1323 TRS MLBKNI LIGUE 3,5MM TRS MACHO LINHA		
12	UND	06	CABO BALANCEADO AUDIO 0,30MM MOD X30 PRETO DESCRIÇÃO DO PRODUTO: CABO DE MICROFONE BALANCEADO COM LIGA DE COBRE OFHC (ISENTO DE OXIGÊNIO), BLINDAGEM TRANÇADA + FITA DE ALUMÍNIO, BITOLA 0,30MM <sup>2</sup> /22AWG.		
13	SV	01	SERVIÇO DE MANUTEÇÃO SOM PLENARIO INSTALÃO DA MESA DE SOM, INSTALAÇÃO MICROFONES SEM FIO, REVISÃO NO AMPLIFICADOR, MICROFONES COM FIO, CAIXAS DE SOM E TODOS OS CABOS DO SOM, REGULAGEM		



## CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO:

Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

## CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

<b>Dotação Orçamentária</b>	01.031.0001.2002 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA
<b>Elemento de Despesa</b>	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA
<b>Elemento de Despesa</b>	4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
<b>Elemento de Despesa</b>	3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
<b>Fonte de Recurso</b>	1.500000000000 Recursos Próprios

## CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:



O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a Nota Fiscal e Relatório de Atividades executadas, onde ambos os documentos deverão ser devidamente atestados.

A Contratada deverá emitir Fatura/Nota Fiscal eletrônica correspondente ao objeto fornecido, sem rasuras, fazendo constar na mesma as informações bancárias tais como, o número de sua conta, o nome do Banco e respectiva Agência

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:**

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

a - Início: 3 (três) dias

b - Conclusão: A vigência do presente contrato será determinada a partir da sua assinatura até o dia 31/12/2025, podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

a - Executar devidamente o serviço descrito na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;



e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:**

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso II, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:**

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 05 (cinco) dias da comunicação escrita do Contatado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 30 (trinta) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:**

O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa;



III - Impedimento de licitar e contratar;  
IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.  
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:  
I - A natureza e a gravidade da infração cometida;  
II - As peculiaridades do caso concreto;  
III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;  
IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;  
V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.  
§ 2º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, será de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:**

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Araguaçu - TO.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02 (duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Sandolândia - TO, 00 de . de ..... de 2025.

**ATHOS DIEGO RIBEIRO DE SOUZA**  
Representante legal do Contratante

---

Representante Legal da Contratada

#### **TESTEMUNHAS:**

1-

2-



Estado do Tocantins  
Câmara Municipal de Sandolândia





(LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP)

**Aviso Dispensa de Licitação nº 014/2025**  
**Processo Administrativo nº 092/2025**

**DA UNIDADE CONTRATANTE/ÓRGÃO:**  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA

**OBJETO: Contratação de Empresa para a Manutenção do Sistema de SOM do Plenário da Câmara Municipal de Sandolândia/TO, com fornecimento de material e mão de obra.**

**VALOR TOTAL LIMITE DE CONTRATAÇÃO - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

- Limite estabelecido na LEI FEDERAL N 14.133/2021, COM FULCRO NO ARTIGO 75, INCISO II (Vigência).
- Portaria 001/2024

**PERÍODO DE PROPOSTAS**

- De 10/04/2025 às 09h00
- Até 15/04/2025 às 09h00

**LOCAL:** Câmara Municipal de Sandolândia, situada na Rua Dona Sena, esq. com Av. Joaquim Rodrigues de Moraes s/nº, centro, na cidade de Sandolândia /Estado do Tocantins, e-mail: [poderlegislativosandolandia@gmail.com](mailto:poderlegislativosandolandia@gmail.com).

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**  
SIM

A Câmara Municipal de Sandolândia - TO, torna público que realizará Dispensa Eletrônica **EM RAZÃO DE BAIXO VALOR**, com critério de julgamento tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, na hipótese da LEI FEDERAL N 14.133/2021, COM FULCRO NO ARTIGO 75, INCISO II e demais legislação aplicável.



## 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação direta Contratação de Empresa para a Manutenção do Sistema de SOM do Plenário da Câmara Municipal de Sandolândia/TO, com fornecimento de material e mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação ocorrerá compreendendo o(s) quantitativo(s) conforme tabela constante no termo de referência anexo a este aviso.

1.2.1. Havendo mais de UM item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO:

2.1 O Credenciamento será realizado a partir das 09h00, do dia 10/04/2025, na Sede da Câmara Municipal de Sandolândia - TO, com os documentos relativos à PROPOSTAS DE PREÇOS e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO definidos neste Edital e seus anexos, deverão ser protocolados, até as 09h00 horas do dia 15/04/2025, na Sede da Câmara Municipal de Sandolândia, localizada na Rua Dona Sena, esq. com Av. Joaquim Rodrigues de Moraes s/nº, centro, na cidade de Sandolândia /Estado do Tocantins, ou através do e-mail: [poderlegislativosandolandia@gmail.com](mailto:poderlegislativosandolandia@gmail.com).

2.2 Para participação na presente licitação, às empresas deverão se apresentar para o certame através de procurador devidamente constituído, devendo apresentar no início da licitação, PROCURAÇÃO com poderes específicos ou CARTA DE CREDENCIAMENTO com firma reconhecida em cartório (ANEXO II).

2.2.1 Fica dispensada a exigência de procuração ou carta de credenciamento, caso a representação na licitação se faça através de diretor ou sócio da empresa, devidamente comprovado através da apresentação de qualquer documento abaixo:

2.2.2 - Registro Comercial, no caso de Empresa Individual;

2.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado,



em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

2.2.3.1 - Os documentos em apreço deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva;

2.2.4 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

2.2.5 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

2.2.6 - Cópia do CPF e RG do proprietário e sócios.

2.2.7 - AS MICRO EMPRESA, MEI E EMPRESA DE PEQUENO PORTE deverão apresentar no ato do Credenciamento, certidão simplificada como forma de comprovação de enquadramento como MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE emitido pela Junta Comercial da sede da licitante, deverá ser emitida com data do ano vigente, bem como, Declaração de enquadramento de micro empresa e empresa de pequeno porte Anexo VIII.

**3.** Não poderão participar desta dispensa os licitantes:

3.1.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.1.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.1.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com



agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.1.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

#### **4. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

4.1 A Proposta de Preços deverá ser apresentada no formulário fornecido pela Câmara Municipal de Sandolândia - TO, (Anexo VI) deste Edital, ou em formulário próprio contendo as mesmas informações exigidas no referido formulário, assinado por quem de direito, em 01 (uma) via, no idioma oficial do Brasil, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, constando o preço de cada item, expresso em reais (R\$), com 02 (dois) dígitos após a vírgula no valor unitário, em algarismos arábicos, conforme o formulário mencionado acima, devendo todas as folhas ser rubricadas e numeradas;

4.2 Os preços apresentados na proposta devem apresentar o valor o item ofertado e devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamentos, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.



- 4.3 Constar prazo de validade das condições propostas não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de apresentação da proposta. Não havendo indicação expressa, esse prazo será considerado como tal;
- 4.4 Indicar a razão social da empresa licitante, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento da empresa que efetivamente irá fornecer o objeto da licitação, endereço completo, telefone, fac-símile e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como o número da conta corrente bancária e agência respectiva.
- 4.5 Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão às da proposta. Ocorrendo divergência entre o valor unitário e total para os itens do objeto do Edital, será considerado o primeiro.
- 4.6 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.7 A proposta de preços será considerada completa, abrangendo todos os custos com a Prestação do Serviço/entrega do objeto licitado, conforme disposto no item 4.2.
- 4.8 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste ato convocatório.
- 4.9 A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.
- 4.10 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas, implica em submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação federal mencionada no preâmbulo deste Edital.
- 4.11 As licitantes que enviarem as propostas por e-mail e não comparecerem, terão suas propostas de preços validadas, desde que cumpram todos os requisitos, sendo que



as mesmas não participarão da fase de lances.

## 5. FASE DE LANCES

- 5.1. No julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observado os prazos máximos para prestação, e qualidade definidos neste Edital.
- 5.2. Após a abertura das propostas de preços, os autores das ofertas de valores mais baixos poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;
- 5.3. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de Contratação.
- 5.4. O Agente de Contratação convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.
- 5.5. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Agente de Contratação, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 5.6. Confirmados os lances, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas neste Edital.
- 5.7. Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- 5.8. Declarado o encerramento da etapa competitiva e ordenada às propostas, o responsável pela condução do processo examinará a aceitabilidade da primeira classificada.
- 5.9. Analisadas as propostas apresentadas e concluída a etapa de lances verbais, a classificação final dar-se-á pela ordem crescente dos preços, observando-se, quando aplicável, a LC nº 123/2006.



5.10. Se a proposta ou o lance do lote/item de menor oferta não for aceitável, por inexequibilidade, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias o Agente de Contratação examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Agente de Contratação poderá negociar com o participante para que seja obtido valor melhor;

5.11. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de Habilitação do 1º classificado, e, caso este seja inabilitado o Agente de Contratação determinará a abertura do envelope de Habilitação do segundo classificado, e, assim, sucessivamente.

5.12. Nas situações previstas nos subitens 5.8 e 5.9, o Agente de Contratação poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

## **6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

6.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

6.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

6.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

6.3.1. Além da documentação supracitada, o agente de contratação, ou gestor de compras responsável pela operacionalização da dispensa eletrônica, poderá solicitar do



fornecedor com a melhor proposta planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, com os valores adequados à proposta vencedora, desde que seja necessário a observação da exequibilidade de preços.

6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. contiver vícios insanáveis;

6.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.7. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.7.1. para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;

6.7.2. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.



6.7.3. será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

6.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **7. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações posteriores ou consolidação, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em



funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

- e) Cédula de identidade(s) dos representante(s) legal(is);

**7.1.1. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de Regularidade referente a Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da Jurisdição Fiscal do estabelecimento licitante;
- d) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS);
- e) Prova de Regularidade referente a Débito Municipal da Jurisdição Fiscal do estabelecimento licitante;
- f) Prova de Regularidade referente a Débitos Trabalhistas - CNDT, junto à Secretaria do Ministério do Trabalho.
- h) Declaração, sob as penas da lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação em qualquer esfera de poder;
- i) Declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto do inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal;

7.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

7.2.1. A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

7.3. Quando for o caso, o fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

7.3.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.



7.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será

suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.5.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.6. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

7.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.9. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

7.9.1. A consulta aos dois cadastros - CEIS e CNJ - na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 - Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na contratação. A Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP do Portal da Transparência.

7.9.2. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a



substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

7.9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.9.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.9.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

7.9.6. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.10. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

### **7.1.2 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- NÃO SE APLICA

### **7.1.3. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

7.1.3.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no primeiro dia útil seguinte ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

8.1.1 - As petições poderão serem encaminhadas por e-mail, podendo ainda



serem protocolizadas na Sede da Câmara Municipal de Sandolândia – TO.

8.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Agente de Contratação ao vencedor.

8.4 - Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

## 9. CONTRATAÇÃO

9.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

9.2 O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

9.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

9.4 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

9.6 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

9.8 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.9 A vigência do presente contrato será determinada: 12 (doze) meses., a partir



da data de sua assinatura ou até o término do trabalho, podendo ser prorrogada e alterada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

9.10 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## 10. SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 10.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 10.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 10.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 10.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 10.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - b) Multa de 10% (dez por



cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

10.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não



consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. O procedimento será divulgado, portal da transparência da Câmara Municipal de Sandolândia - TO, Diário Oficial do Município de Sandolândia - TO.

11.2. No caso de todos os participantes restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

11.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

11.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

11.2.3. 9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento, e devidamente publicado no portal do órgão.

11.2.4. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

11.3. As providências dos subitens 11.2.1 e 11.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

11.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

11.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça



a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

11.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

11.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

11.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

11.11. Da sessão pública será divulgada Ata no Portal da Tranparência da Câmara Municipal de Sandolândia - TO.

11.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.12.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
- 11.12.2. ANEXO II CARTA DE CREDENCIAMENTO
- 11.12.3. ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA;
- 11.12.4. ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES;
- 11.12.5. ANEXO V - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTO
- 11.12.6. ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO.

Sandolândia – TO, 10 de abril de 2025.

**QUETUNI BRENA MENEZES DE SOUSA**  
Agente de Contratação



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
(Processo Administrativo n°. 092/2025)

**1. DEMANDANTE:**

1.1 Demandante: Câmara Municipal de Sandolândia  
1.2 Responsável: **ATHOS DIEGO RIBEIRO DE SOUZA**

**2. DO OBJETO**

2.1. Constitui objeto a **Contratação de Empresa para a Manutenção do Sistema de SOM do Plenário da Câmara Municipal de Sandolândia/TO, com fornecimento de material e mão de obra**, conforme descrição abaixo:

ITEM	UND	QUANT	DESCRÍÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO (R\$)	VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)
01	UND	01	MESA DE SOM 12 CANAIS COMBO (ENTRADAS BALANCEADAS XLR OU P-10) COMPRESSOR POR CANAL EQUALIZAÇÃO DE 3 VIAS (GRAVE, MÉDIO E AGUDO) POR CANAL POSSUI EFEITOS DE 24 BITS 99 EFEITOS PROCESSADOR DE EFEITOS COM TELA DE LCD EQUALIZADOR GRÁFICO DE 9 BANDA 1 AUXILIAR SEND ENTRADA USB COM DISPLAY DIGITAL GRAVAÇÃO E REPRODUÇÃO DIRETA EM USB INTERFACE DE ÁUDIO FUNÇÃO BLUETOOTH LEDS INDICADORES DE PICO +48V PHANTOM POWER BIVOLT	2.078,33	<b>2.078,33</b>
02	UND	02	MICROFONE SEM FIO GOOSENECK DE MESA COM 2 BASES INDEPENDENTES DISPLAY EM LED, COM INDICAÇÃO DE CANAL, BATERIA, FREQUÊNCIA E SINAL DE FREQUÊNCIA MICROFONE CONDENSADOR GOOSENECK COM INDICADOR (POWER ON/OFF) CAPSULA ELETRO BOTÃO ON/OFF (APERTE POR 2 SEGUNDOS) JACK PARA CONEXÃO DA HASTE DO MICROFONE COMPARTIMENTO PARA PILHAS JACK USB MINI PARA ALIMENTAÇÃO VIA CABO USB (+5VDC) TECLA SELETORA DE CANAIS RECEPTOR PARA DOIS MICROFONES 16 FREQUÊNCIAS DIFERENTES POR CANAL DISPLAY EM LED COLORIDO COM INDICAÇÕES DE ÁUDIO, FREQUÊNCIA E CANAL. ANTENAS ARTICULÁVEIS TECLA POWER NO PAINEL FRONTAL SAÍDAS DE ÁUDIO P-10 (MIXADA A + B) + 2 SAÍDAS XLR INDIVIDUAIS CONTROLES DE VOLUME EM AMBAS AS SAÍDAS CONECTOR DE ALIMENTAÇÃO TIPO MINI USB FONTE CHAVEADA USB MODELO: CLS-050100 REQUERIMENTO DE ENERGIA: 100 ~ 240VAC (50/60HZ)	1.426,67	<b>2.853,33</b>
03	UND	01	MICROFONE SEM FIO DUPLO BASTÃO RECEPTOR PARA DOIS MICROFONES (TRANSMISSOR DE MÃO K-48H) 48 FREQUÊNCIAS DIFERENTES POR CANAL MÉTODO DE PROGRAMAÇÃO PI/4 DQPSK DISPLAY EM LED COLORIDO COM INDICAÇÕES DE ÁUDIO, FREQUÊNCIA E CANAL. ANTENAS ARTICULÁVEIS TECLA POWER NO PAINEL FRONTAL SAÍDAS DE ÁUDIO P-10 (MIXADAS A + B) E XLR CONTROLES DE VOLUME EM AMBAS AS SAÍDAS CONECTOR DE ALIMENTAÇÃO USB TIPO C TRANSMISSOR DE MÃO K-48H 48 FREQUÊNCIAS DIFERENTES POR CANAL GLOBO ANATÔMICO	913,33	<b>913,33</b>



Estado do Tocantins  
Câmara Municipal de Sandolândia



			EM ESTRUTURA METÁLICA MÉTODO DE PROGRAMAÇÃO PI/4 DQPSK, SINTONIA POR CÓDIGO ID. TECLAS POWER E FREQUÊNCIA (TROCA DE FREQUÊNCIA COM APENAS UM TOQUE) DISPLAY EM LED COM INDICAÇÕES DE CANAL, FREQUÊNCIA E CONSUMO DE BATERIA. DINÂMICA UNIDIRECIONAL PADRÃO POLAR CARDIÓIDE IMPEDÂNCIA 600 OHMS RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 30HZ/20KHZ		
04	UND	01	MICROFONE GOOSENECK GOOSENECK DE 60CM COM CÁPSULA CONDENSADEIRA, PADRÃO POLAR CARDIÓIDE, SAÍDA DE ÁUDIO ATRAVÉS DO CONECTOR XLR BALANCEADO. PESCOÇO DE GANSO AJUSTÁVEL DE 60CM BOTÃO LIGA/DESLIGA COM LED INDICADOR. RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 60HZ - 16000HZ HASTE COM 60CM IMPEDÂNCIA: 600 Ω ALIMENTAÇÃO: 2x1,5V AA SENSIBILIDADE: -45DB CONECTOR: XLR (CABO NÃO ACOMPANHA O PRODUTO) ESPUMA ANTI-PUFF	323,00	<b>323,00</b>
05	UND	01	CAIXA ACÚSTICA COMPACTA MULTI-USO 3 CANAIS DE ENTRADA / B.T / TWS / EFX BATERIA DE ÍONS DE LÍTIO 1X WOOFER 6,5" BI-AMPLIFICAÇÃO DE 65W 3X FALANTES DE 2,75" PRÉ AMPLIFICADOR COM DSP CONTROLES DE VOLUME, GRAVES, AGUDOS E REVERB INDIVIDUAL EM CADA CANAL ENTRADA USB 2 OPÇÕES DE ANGULAÇÃO NO USO COMO MONITOR LEDS INDICADORES DO NÍVEL DE CARGA DA BATERIA SAÍDA LINE OUT AUTO VOLTAGEM (100~240V AC) ENTRADA AUXILIAR VIA CONECTOR P10 DIMENSÕES (LXAP): 240X330X290MM	2.359,67	<b>2.359,67</b>
06	UND	04	PLUG XLR (PAR MACHO+FEMEA) MODELO MACHO: RX3MP-NT MODELO FEMEA: RX3FP-NT COR: PRATEADO (NIQUELADO) COM PRETO TIPO: XLR MACHO E FEMEA DE LINHA CONEXÃO: 3 PINOS USO RECOMENDADO: ÁUDIO, MICROFONE OU ILUMINAÇÃO CARCAÇA EM LIGA DE ZINCO CONTATOS COM REVESTIMENTO ESTANHADO QUANTIDADE: KIT COM 2 CONECTORES (1 MACHO E 1 FEMEA) DIMENSÕES: 7 CM X 4 CM X 2 CM	28,50	<b>114,00</b>
07	UND	06	7PLUG XLR FEMEA RX3FP-NT COR: PRATEADO (NIQUELADO) COM PRETO TIPO: XLR FEMEA CONEXÃO: 3 PINOS USO: ÁUDIO, MICROFONE OU ILUMINAÇÃO MATERIAL DA CARCAÇA: LIGA DE ZINCO RESISTENTE E BUCHA PA 30% GR CONTATOS: BRONZE REVESTIMENTO DE CONTATOS: ESTANHO DIMENSÕES: 2 CM X 7 CM X 2 CM	14,43	<b>86,60</b>
08	UND	06	PLUG XLR MACHO RX3MP- -NT TIPO: XLR MACHO CONEXÃO: 3 PINOS MATERIAL DA CARCAÇA: LIGA DE ZINCO RESISTENTE E BUCHA PA 30% GR CONTATOS: LATÃO REVESTIMENTO DE CONTATOS: ESTANHO DIMENSÕES: 2 CM X 7 CM X 2 CM	14,43	<b>86,60</b>
09	UND	01	UG TR P10 MONO C/ MOLA RJ2PP-NN CORPO LIGA DE ZINCO FUNDIDO ISOLAMENTO PA66 30% GR E PLACA DE BAQUELITE CONTATO LATÃO CHAPEAMENTO DE CONTATOS NÍQUEL	12,47	<b>12,47</b>
10	UND	03	PILHA ALCALINA LR06 C/02 AA TIPO DA BATERIA: AA / LR6 ALCALINA TENSÃO DA PILHA: 1,5 VOLT COMPOSIÇÃO QUÍMICA: ALCALINA METAIS PESADOS: SEM CD, SEM HG, SEM PB INTERCAMBIÁVEL COM: AA, LR6, AM3, 15A, MN1500	15,93	<b>47,80</b>
11	UND	01	PLUG P2 TRS 3,5MM NICKEL PLUGUE P2 STEREO	20,60	<b>20,60</b>



			WC 1323 TRS MLBKNI LIGUE 3,5MM TRS MACHO LINHA		
12	UND	06	CABO BALANCEADO AUDIO 0,30MM MOD X30 PRETO DESCRIÇÃO DO PRODUTO: CABO DE MICROFONE BALANCEADO COM LIGA DE COBRE OFHC (ISENTO DE OXIGÊNIO), BLINDAGEM TRANÇADA + FITA DE ALUMÍNIO, BITOLA 0,30MM <sup>2</sup> /22AWG.	7,03	<b>42,20</b>
13	SV	01	SERVIÇO DE MANUTEÇÃO SOM PLENARIO INSTALÃO DA MESA DE SOM, INSTALAÇÃO MICROFONES SEM FIO, REVISÃO NO AMPLIFICADOR, MICROFONES COM FIO, CAIXAS DE SOM E TODOS OS CABOS DO SOM, REGULAGEM	2.823,33	<b>2.823,33</b>

### 3. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1.1. Estima-se que o valor da Contratação será de 11.761,27 (onze mil setecentos e sessenta e um reais e vinte e centavos), para efeito do cálculo do valor estimado foi utilizado planilhas de orçamentos adquirido através das empresas CLICK MUSIC, INSTITUTO MUSICAL NOVO SOM E MUSICAL CENTER empresas que atuam no ramo de emissão de fornecimento de equipamentos e manutenção de som.

### 4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratação de serviços para implantação e configuração de internet e rede com fornecimento de material e mão de obra é necessária para atender às necessidades da Câmara Municipal de Sandolândia. Isso porque a instituição precisa de uma infraestrutura de tecnologia da informação (TI) confiável e eficiente para realizar suas atividades administrativas e legislativas de forma eficaz.

4.2 A contratação de um serviço de internet com velocidade mínima de 300 MB e dois pontos de acesso é fundamental para garantir a conectividade e a comunicação entre os servidores, funcionários e o público externo. Além disso, a configuração de uma rede segura e estável é essencial para proteger os dados e sistemas da Câmara Municipal contra ameaças cibernéticas e perdas de informações .

4.3 A justificativa para essa contratação também se baseia na necessidade de modernizar e otimizar os processos internos da Câmara Municipal, tornando-os mais eficientes e transparentes. Com uma infraestrutura de TI atualizada, a instituição poderá melhorar a prestação de serviços ao público, aumentar a produtividade dos funcionários e reduzir custos operacionais .

4.4 Portanto, a contratação de serviços para implantação e configuração de internet e rede com fornecimento de material e mão de obra é uma necessidade imperativa para a Câmara Municipal de Sandolândia, visando atender às suas necessidades de TI e melhorar a sua eficiência e eficácia.



## 5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. Não se Aplica.

## 6. DO OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS

- 6.1. O objeto deverá ser prestado, de acordo com a autorização e acompanhamento da autoridade competente da Câmara Municipal.
- 6.2. O serviço deverá ser acompanhado no local pelo representante da CONTRATADA devidamente qualificado;
- 6.3. A CONTRATADA declara ter pleno conhecimento das condições locais onde serão executados os serviços objetos do presente Contrato, pelo que reconhece ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual dos encargos assumidos;
- 6.4. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas, bem como manter em dia as obrigações sociais e salariais dos empregados;
- 6.5. Permitir e facilitar a fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 6.6. Conduzir os serviços em estrita observância às normas da legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;
- 6.7. Responder por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e/ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- 6.8. Quitar por sua conta exclusiva todos os encargos técnicos, trabalhistas, previdenciários, civis, fiscais, comerciais e todas as demais despesas resultantes da execução deste contrato;
- 6.9. Manter as condições de habilitação exigidas no Edital e manter-se compatível com todas as obrigações assumidas durante a execução do contrato;
- 6.10. Guardar sigilo absoluto sobre todas as informações recebidas do CONTRATANTE e, bem assim, daquelas que venha a levantar ou conhecer durante execução do contrato, as quais não poderão ser utilizadas, sob qualquer pretexto, para finalidades outras que não a do cumprimento do objeto licitado;
- 6.11. Cuidar para que os elementos/dados utilizados na execução dos serviços contratualmente previstos recebam tratamento sigiloso por todos e quaisquer de seus



profissionais envolvidos no contrato, obrigando-se ainda a não reproduzi-los ou cedê-los sem prévia e escrita autorização do CONTRATANTE;

6.12. Providenciar a imediata correção das deficiências e / ou irregularidades apontadas pelo Fiscal do Contrato.

## 7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento ocorrerá até o dia 30 (trinta) de cada mês, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- e. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

8.2 moratória de 2% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

moratória de 2% por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10%, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

O atraso superior a 10 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

compensatória de 10 % sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

9.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

<b>Dotação Orçamentária</b>	01.031.0001.2001 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA
<b>Elemento de Despesa</b>	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA
<b>Elemento de Despesa</b>	4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
<b>Elemento de Despesa</b>	3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
<b>Fonte de Recurso</b>	1.500000000000 Recursos Próprios



## 10. VIGÊNCIA DO CONTRATO

10. O contrato terá vigência de 30 (trinta) dias, partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogável por iguais e sucessivos períodos, nos termos da lei 14.133/2021.

## 11. FUNDAMENTO LEGAL

11.1 A presente contratação por meio de Dispensa de Licitação tem como fundamento o art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021:

“Art. 75 – É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Decreto nº 12343/2024

Art. 75, caput, inciso R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

11.2 Considerando que se tem preenchido os requisitos legais supracitados, haja vista tratar-se de contratação de serviço comum da Câmara Municipal de Sandolândia - TO.

## 12. REVISÃO E REAJUSTAMENTO

12.1 O valor do contrato poderá ser reajustado a cada 12 (doze) meses, tomando-se por base o índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, ou na sua falta, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir.

12.2 A revisão de preços, nos termos do art. 124, II, d- Lei Federal 14.133/2021, por acordo entre as partes, para restabelecer o equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, deve ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, ou os fatos que ensejaram a alteração de preço.

## 13. DO CONTROLE E EXECUÇÃO

13.1 O controle e execução do contrato será exercida por um representante da Câmara Municipal de Sandolândia - TO, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

13.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

13.3 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhadas a Presidência da Câmara Municipal de Sandolândia - TO os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.4 A Câmara Municipal de Sandolândia - TO, ficará responsável pelo gerenciamento do contrato, procedendo à fiscalização rotineira dos serviços realizados, quanto à qualidade e ao atendimento de todas as especificações e prazos previstos no Edital e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.



13.5 As irregularidades constatadas pelo órgão requisitante deverão ser comunicadas à Presidência da Câmara, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las, ou quando for o caso, aplicar as penalidades previstas.

#### **14. DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS:**

14.1 A avaliação da qualidade e o aceite dos serviços executados passarão pela avaliação por parte da fiscalização do contrato, por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração, entre outros, dos seguintes aspectos:

#### **15. MEDIDAS ACAUTELADORAS:**

15.1. Consoante o Artigo 45 da Lei nº 9.784/99, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

#### **16. DA SUBCONTRATAÇÃO:**

16.1 Fica vedada a subcontratação do objeto.

#### **17. DA CONCLUSÃO:**

17.1 Por fim, solicitamos a referida contratação, na forma da Lei 14.133/2021.

17.2 A despesa deverá atender às exigências e rotinas previstas nas diversas normas e legislações que regem a Administração Pública, em especial as seguintes disposições contidas na:

a) Lei Federal 14.133/2021;

Sandolândia/TO, 10 de abril de 2025.

**ATHOS DIEGO RIBEIRO DE SOUZA**  
Presidente da Câmara Municipal de Sandolândia



## ANEXO I - CARTA DE CREDENCIAMENTO

A (nome da empresa)..... CNPJ nº ....., com sede à ....., neste ato representado pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o(a) Senhor(a) ....., (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº ....., expedido pela ....., devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº ....., residente à rua ....., nº ..... como meu mandatário, a quem confiro amplos poderes para junto ao Órgão..... praticar todos os atos necessários, relativos ao procedimento licitatório na modalidade de Dispensa de Licitação 007/2025, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente dando tudo como bom, firme e valioso.

### Data e Local

### Assinatura do Diretor ou Representante Legal

(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



**ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA;**

**REFERENTE: Dispensa de Licitação nº 014/2025.**

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA - TO.**

**OBJETO: Contratação de Empresa para a Manutenção do Sistema de SOM do Plenário da Câmara Municipal de Sandolândia/TO, com fornecimento de material e mão de obra.**

**PROPONENTE:**

**CNPJ/CPF:**

**ENDERECO:**

**TELEFONE:**

**EMAIL:**

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

ITEM	UND	QUANT	DESCRÍÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO (R\$)	VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)
01	UND	01	MESA DE SOM 12 CANAIS COMBO (ENTRADAS BALANCEADAS XLR OU P-10) COMPRESSOR POR CANAL EQUALIZAÇÃO DE 3 VIAS (GRAVE, MÉDIO E AGUDO) POR CANAL POSSUI EFEITOS DE 24 BITS 99 EFEITOS PROCESSADOR DE EFEITOS COM TELA DE LCD EQUALIZADOR GRÁFICO DE 9 BANDA 1 AUXILIAR SEND ENTRADA USB COM DISPLAY DIGITAL GRAVAÇÃO E REPRODUÇÃO DIRETA EM USB INTERFACE DE ÁUDIO FUNÇÃO BLUETOOTH LEDS INDICADORES DE PICO +48V PHANTOM POWER BIVOLT		
02	UND	02	MICROFONE SEM FIO GOOSENECK DE MESA COM 2 BASES INDEPENDENTES DISPLAY EM LED, COM INDICAÇÃO DE CANAL, BATERIA, FREQUÊNCIA E SINAL DE FREQUÊNCIA MICROFONE CONDENSADOR GOOSENECK COM INDICADOR (POWER ON/OFF) CAPSULA ELETRO BOTÃO ON/OFF (APERTE POR 2 SEGUNDOS) JACK PARA CONEXÃO DA HASTE DO MICROFONE COMPARTIMENTO PARA PILHAS JACK USB MINI PARA ALIMENTAÇÃO VIA CABO USB (+5VDC) TECLA SELETORA DE CANAIS RECEPTOR PARA DOIS MICROFONES 16 FREQUÊNCIAS DIFERENTES POR CANAL DISPLAY EM LED COLORIDO COM INDICAÇÕES DE ÁUDIO, FREQUÊNCIA E CANAL. ANTENAS ARTICULÁVEIS TECLA POWER NO PAINEL FRONTAL SAÍDAS DE ÁUDIO P-10 (MIXADA A + B) + 2 SAÍDAS XLR INDIVIDUAIS CONTROLES DE VOLUME EM AMBAS AS SAÍDAS CONECTOR DE ALIMENTAÇÃO TIPO MINI USB FONTE CHAVEADA USB MODELO: CLS-050100 REQUERIMENTO DE ENERGIA: 100 ~ 240VAC (50/60HZ)		
03	UND	01	MICROFONE SEM FIO DUPLO BASTÃO RECEPTOR PARA DOIS MICROFONES (TRANSMISSOR DE MÃO K-48H) 48 FREQUÊNCIAS DIFERENTES POR		



Estado do Tocantins  
Câmara Municipal de Sandolândia



			CANAL MÉTODO DE PROGRAMAÇÃO PI/4 DQPSK DISPLAY EM LED COLORIDO COM INDICAÇÕES DE ÁUDIO, FREQUÊNCIA E CANAL. ANTENAS ARTICULÁVEIS TECLA POWER NO PAINEL FRONTAL SAÍDAS DE ÁUDIO P-10 (MIXADAS A + B) E XLR CONTROLES DE VOLUME EM AMBAS AS SAÍDAS CONECTOR DE ALIMENTAÇÃO USB TIPO C TRANSMISSOR DE MÃO K-48H 48 FREQUÊNCIAS DIFERENTES POR CANAL GLOBO ANATÔMICO EM ESTRUTURA METÁLICA MÉTODO DE PROGRAMAÇÃO PI/4 DQPSK, SINTONIA POR CÓDIGO ID. TECLAS POWER E FREQUÊNCIA (TROCA DE FREQUÊNCIA COM APENAS UM TOQUE) DISPLAY EM LED COM INDICAÇÕES DE CANAL, FREQUÊNCIA E CONSUMO DE BATERIA. DINÂMICA UNIDIRECIONAL PADRÃO POLAR CARDIÓIDE IMPEDÂNCIA 600 OHMS RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 30HZ/20KHZ		
04	UND	01	MICROFONE GOOSENECK GOOSENECK DE 60CM COM CÁPSULA CONDENSADORA, PADRÃO POLAR CARDIÓIDE, SAÍDA DE ÁUDIO ATRAVÉS DO CONECTOR XLR BALANCEADO. PESCOÇO DE GANSO AJUSTÁVEL DE 60CM BOTÃO LIGA/DESLIGA COM LED INDICADOR. RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 60HZ - 16000HZ HASTE COM 60CM IMPEDÂNCIA: 600 Ω ALIMENTAÇÃO: 2x1,5V AA SENSIBILIDADE: -45dB CONECTOR: XLR (CABO NÃO ACOMPANHA O PRODUTO) ESPUMA ANTI-PUFF		
05	UND	01	CAIXA ACÚSTICA COMPACTA MULTI-USO 3 CANAIS DE ENTRADA / B.T / TWS / EFX BATERIA DE ÍONS DE LÍTIO 1X WOOFER 6.5" BI-AMPLIFICAÇÃO DE 65W 3X FALANTES DE 2,75" PRÉ AMPLIFICADOR COM DSP CONTROLES DE VOLUME, GRAVES, AGUDOS E REVERB INDIVIDUAL EM CADA CANAL ENTRADA USB 2 OPÇÕES DE ANGULAÇÃO NO USO COMO MONITOR LEDS INDICADORES DO NÍVEL DE CARGA DA BATERIA SAÍDA LINE OUT AUTO VOLTAGEM (100~240V AC) ENTRADA AUXILIAR VIA CONECTOR P10 DIMENSÕES (LXAP): 240X330X290MM		
06	UND	04	PLUG XLR (PAR MACHO+FEMEA) MODELO MACHO: RX3MP-NT MODELO FÊMEA: RX3FP-NT COR: PRATEADO (NIQUELADO) COM PRETO TIPO: XLR MACHO E FÊMEA DE LINHA CONEXÃO: 3 PINOS USO RECOMENDADO: ÁUDIO, MICROFONE OU ILUMINAÇÃO CARCAÇA EM LIGA DE ZINCO CONTATOS COM REVESTIMENTO ESTANHADO QUANTIDADE: KIT COM 2 CONECTORES (1 MACHO E 1 FÊMEA) DIMENSÕES: 7 CM X 4 CM X 2 CM		
07	UND	06	7PLUG XLR FEMEA RX3FP-NT COR: PRATEADO (NIQUELADO) COM PRETO TIPO: XLR FÊMEA CONEXÃO: 3 PINOS USO: ÁUDIO, MICROFONE OU ILUMINAÇÃO MATERIAL DA CARCAÇA: LIGA DE ZINCO RESISTENTE E BUCHA PA 30% GR CONTATOS: BRONZE REVESTIMENTO DE CONTATOS: ESTANHO DIMENSÕES: 2 CM X 7 CM X 2 CM		
08	UND	06	PLUG XLR MACHO RX3MP- -NT TIPO: XLR MACHO CONEXÃO: 3 PINOS MATERIAL DA CARCAÇA: LIGA DE ZINCO RESISTENTE E BUCHA PA 30% GR CONTATOS: LATÃO REVESTIMENTO DE CONTATOS: ESTANHO DIMENSÕES: 2 CM X 7 CM X 2 CM		



Estado do Tocantins  
Câmara Municipal de Sandolândia



09	UND	01	UG TR P10 MONO C/ MOLA RJ2PP-NN CORPO LIGA DE ZINCO FUNDIDO ISOLAMENTO PA66 30% GR E PLACA DE BAQUELITE CONTATO LATÃO CHAPEAMENTO DE CONTATOS NÍQUEL		
10	UND	03	PILHA ALCALINA LR06 C/02 AA TIPO DA BATERIA: AA / LR6 ALCALINA TENSÃO DA PILHA: 1,5 VOLT COMPOSIÇÃO QUÍMICA: ALCALINA METAIS PESADOS: SEM CD, SEM HG, SEM PB INTERCAMBIÁVEL COM: AA, LR6, AM3, 15A, MN1500		
11	UND	01	PLUG P2 TRS 3,5MM NICKEL PLUGUE P2 STEREO WC 1323 TRS MLBKNI LIGUE 3,5MM TRS MACHO LINHA		
12	UND	06	CABO BALANCEADO AUDIO 0,30MM MOD X30 PRETO DESCRIÇÃO DO PRODUTO: CABO DE MICROFONE BALANCEADO COM LIGA DE COBRE OFHC (ISENTO DE OXIGÊNIO), BLINDAGEM TRANÇADA + FITA DE ALUMÍNIO, BITOLA 0,30MM <sup>2</sup> /22AWG.		
13	SV	01	SERVIÇO DE MANUTEÇÃO SOM PLENARIO INSTALAÇÃO DA MESA DE SOM, INSTALAÇÃO MICROFONES SEM FIO, REVISÃO NO AMPLIFICADOR, MICROFONES COM FIO, CAIXAS DE SOM E TODOS OS CABOS DO SOM, REGULAGEM		

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$ \_\_\_\_\_

VALIDADE DESTA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

Dados bancários do proponente para fins de pagamento: Banco:  
Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA  
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



### **ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÕES;**

REFERENTE: Dispensa de Licitação nº 014/2025  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA - TO.

**OBJETO: Contratação de Empresa para a Manutenção do Sistema de SOM do Plenário da Câmara Municipal de Sandolândia/TO, com fornecimento de material e mão de obra.**

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA - TO.**

**PROPONENTE:**

**CNPJ:**

1.0 - DECLARACÃO de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF - Art. 68, Inciso IIV, da Lei 14.133/21. O proponente acima qualificado, sob penas da Lei e em acatamento ao disposto no Art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal, Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara não possuir em seu quadro de pessoal, funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho; podendo existir menores, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente.

2.0 - DECLARACÃO de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito a participação na licitação. O proponente acima qualificado, declara não haver, até a presente data, fato impeditivo no que diz respeito a habilitação/participação na presente licitação, não se encontrando em concordata ou estado falimentar, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores. Ressalta, ainda, não estar sofrendo penalidade de declaração de idoneidade no âmbito da administração Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, armando civil e criminalmente pela presente afirmação.

Local e Data. NOME/ASSINATURA/CARGO

Representante legal do proponente.

**OBSERVACÃO: AS DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, QUANDO FOR O CASO.**



**ANEXOS IV**  
**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**  
(MODELO)

À

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA**

**REFERENTE:** Dispensa de Licitação nº 014/2025

**OBJETO:** Contratação de Empresa para a Manutenção do Sistema de SOM do Plenário da Câmara Municipal de Sandolândia/TO, com fornecimento de material e mão de obra.

A empresa (**razão social**), nome fantasia\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF nº\_\_\_\_\_, com sede na (endereço completo)\_\_\_\_\_, através de seu representante legal/procurador o(a) Sr(a)\_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº\_\_\_\_\_ e CPF/MF nº\_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob penas da lei que, cumpre os requisitos legais para a qualificação empresarial estabelecida pela Lei Complementar 123/2006, bem como, Lei Complementar 147/2014; estando apta a usufruir do tratamento diferenciado estabelecido nas leis acima, para fins do cumprimento do disposto na Dispensa de Licitação nº 007/2025, e participação no referido certame; **DECLARA** que esta empresa, na presente data, é enquadrada como:

- MICROEMPRESA - ME**, conforme inciso 1, do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006;  
 **EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP**, conforme inciso II, do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006;  
 **MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI**, conforme inciso artigo 18 da Lei Complementar Federal nº 147/2014;

**DECLARA**, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei 123/2006; e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame. Por ser verdade, firmo a presente declaração.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Local, data

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**Obs.:** Este formulário é meramente exemplificativo para a apresentação do anexo referente à Dispensa de Licitação nº 014/2025, não devendo conter o cabeçalho e rodapé do presente formulário, que deverá constar o cabeçalho e rodapé da referida proponente.



ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO.  
**Dispensa de Licitação nº 014/2025**  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 092/2025  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: xxxxxxxx

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA E ....., PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado **CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA - TO**, com sede na Rua Dona Sena, esq. com Av. Joaquim Rodrigues de Moraes s/nº, centro, na cidade de Sandolândia / Estado do Tocantins, inscrita no CNPJ sob o nº 37.344.603/0001-10 neste ato representado pelo seu presidente Sr. ATHOS DIEGO RIBEIRO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, agente político, portador do RG nº 924.137 SSP/TO, CPF nº 014.256.481-85, residente e domiciliado à Av. Edielly Goncalves Pugas S/n Qd. 32 Lt. 10 - Sol Nascente, Sandolândia - TO, CEP: 77.478-000, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado ....., - ....., - .....

- ....., - ..., CNPJ nº ....., neste ato representado por .... residente e domiciliado na ...., ....., - ....., - ...., CPF nº ....., Carteira de Identidade nº ...., doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:**

Este contrato decorre da Dispensa de Licitação nº 001/2025, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:**

**O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada, tem por objeto: Contratação de Empresa para a Manutenção do Sistema de SOM do Plenário da Câmara Municipal de Sandolândia/TO, com fornecimento de material e mão de obra.**

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de Dispensa de Licitação nº 007/2025 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:**

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ ... () .

Conforme demonstrado abaixo:



Estado do Tocantins  
Câmara Municipal de Sandolândia



ITEM	UND	QUANT	DESCRÍÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO (R\$)	VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)
01	UND	01	MESA DE SOM 12 CANAIS COMBO (ENTRADAS BALANCEADAS XLR OU P-10) COMPRESSOR POR CANAL EQUALIZAÇÃO DE 3 VIAS (GRAVE, MÉDIO E AGUDO) POR CANAL POSSUI EFEITOS DE 24 BITS 99 EFEITOS PROCESSADOR DE EFEITOS COM TELA DE LCD EQUALIZADOR GRÁFICO DE 9 BANDA 1 AUXILIAR SEND ENTRADA USB COM DISPLAY DIGITAL GRAVAÇÃO E REPRODUÇÃO DIRETA EM USB INTERFACE DE ÁUDIO FUNÇÃO BLUETOOTH LEDS INDICADORES DE PICO +48V PHANTOM POWER BIVOLT		
02	UND	02	MICROFONE SEM FIO GOOSENECK DE MESA COM 2 BASES INDEPENDENTES DISPLAY EM LED, COM INDICAÇÃO DE CANAL, BATERIA, FREQUÊNCIA E SINAL DE FREQUÊNCIA MICROFONE CONDENSADOR GOOSENECK COM INDICADOR (POWER ON/OFF) CAPSULA ELETRO BOTÃO ON/OFF (APERTE POR 2 SEGUNDOS) JACK PARA CONEXÃO DA HASTE DO MICROFONE COMPARTIMENTO PARA PILHAS JACK USB MINI PARA ALIMENTAÇÃO VIA CABO USB (+5VDC) TECLA SELETORA DE CANAIS RECEPTOR PARA DOIS MICROFONES 16 FREQUÊNCIAS DIFERENTES POR CANAL DISPLAY EM LED COLORIDO COM INDICAÇÕES DE ÁUDIO, FREQUÊNCIA E CANAL. ANTENAS ARTICULÁVEIS TECLA POWER NO PAINEL FRONTAL SAÍDAS DE ÁUDIO P-10 (MIXADA A + B) + 2 SAÍDAS XLR INDIVIDUAIS CONTROLES DE VOLUME EM AMBAS AS SAÍDAS CONECTOR DE ALIMENTAÇÃO TIPO MINI USB FONTE CHAVEADA USB MODELO: CLS-050100 REQUERIMENTO DE ENERGIA: 100 ~ 240VAC (50/60HZ)		
03	UND	01	MICROFONE SEM FIO DUPLO BASTÃO RECEPTOR PARA DOIS MICROFONES (TRANSMISSOR DE MÃO K-48H) 48 FREQUÊNCIAS DIFERENTES POR CANAL MÉTODO DE PROGRAMAÇÃO PI/4 DQPSK DISPLAY EM LED COLORIDO COM INDICAÇÕES DE ÁUDIO, FREQUÊNCIA E CANAL. ANTENAS ARTICULÁVEIS TECLA POWER NO PAINEL FRONTAL SAÍDAS DE ÁUDIO P-10 (MIXADAS A + B) E XLR CONTROLES DE VOLUME EM AMBAS AS SAÍDAS CONECTOR DE ALIMENTAÇÃO USB TIPO C TRANSMISSOR DE MÃO K-48H 48 FREQUÊNCIAS DIFERENTES POR CANAL GLOBO ANATÔMICO EM ESTRUTURA METÁLICA MÉTODO DE PROGRAMAÇÃO PI/4 DQPSK, SINTONIA POR CÓDIGO ID. TECLAS POWER E FREQUÊNCIA (TROCA DE FREQUÊNCIA COM APENAS UM TOQUE) DISPLAY EM LED COM INDICAÇÕES DE CANAL, FREQUÊNCIA E CONSUMO DE BATERIA. DINÂMICA UNIDIRECIONAL PADRÃO POLAR CARDIÓIDE IMPEDÂNCIA 600 OHMS RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 30HZ/20KHZ		
04	UND	01	MICROFONE GOOSENECK GOOSENECK DE 60CM COM CÁPSULA CONDENSADORA, PADRÃO POLAR CARDIÓIDE, SAÍDA DE ÁUDIO ATRAVÉS DO CONECTOR XLR BALANCEADO. PESCOÇO DE GANZO AJUSTÁVEL DE 60CM BOTÃO LIGA/DESLIGA COM LED INDICADOR. RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 60HZ - 16000HZ HASTE COM 60CM IMPEDÂNCIA: 600 Ω ALIMENTAÇÃO: 2x1,5V		



Estado do Tocantins  
Câmara Municipal de Sandolândia



			AA SENSIBILIDADE: -45DB CONECTOR: XLR (CABO NÃO ACOMPANHA O PRODUTO) ESPUMA ANTI-PUFF		
05	UND	01	CAIXA ACÚSTICA COMPACTA MULTI-USO 3 CANAIS DE ENTRADA / B.T / TWS / EFX BATERIA DE ÍONS DE LÍTIO 1X WOOFER 6,5" BI-AMPLIFICAÇÃO DE 65W 3X FALANTES DE 2,75" PRÉ AMPLIFICADOR COM DSP CONTROLES DE VOLUME, GRAVES, AGUDOS E REVERB INDIVIDUAL EM CADA CANAL ENTRADA USB 2 OPÇÕES DE ANGULAÇÃO NO USO COMO MONITOR LEDS INDICADORES DO NÍVEL DE CARGA DA BATERIA SAÍDA LINE OUT AUTO VOLTAGEM (100~240V AC) ENTRADA AUXILIAR VIA CONECTOR P10 DIMENSÕES (LXAP): 240X330X290MM		
06	UND	04	PLUG XLR (PAR MACHO+FEMEA) MODELO MACHO: RX3MP-NT MODELO FEMEA: RX3FP-NT COR: PRATEADO (NIQUELADO) COM PRETO TIPO: XLR MACHO E FEMEA DE LINHA CONEXÃO: 3 PINOS USO: RECOMENDADO: ÁUDIO, MICROFONE OU ILUMINAÇÃO CARCAÇA EM LIGA DE ZINCO CONTATOS COM REVESTIMENTO ESTANHADO QUANTIDADE: KIT COM 2 CONECTORES (1 MACHO E 1 FEMEA) DIMENSÕES: 7 CM X 4 CM X 2 CM		
07	UND	06	7PLUG XLR FEMEA RX3FP-NT COR: PRATEADO (NIQUELADO) COM PRETO TIPO: XLR FEMEA CONEXÃO: 3 PINOS USO: ÁUDIO, MICROFONE OU ILUMINAÇÃO MATERIAL DA CARCAÇA: LIGA DE ZINCO RESISTENTE E BUCHA PA 30% GR CONTATOS: BRONZE REVESTIMENTO DE CONTATOS: ESTANHO DIMENSÕES: 2 CM X 7 CM X 2 CM		
08	UND	06	PLUG XLR MACHO RX3MP- -NT TIPO: XLR MACHO CONEXÃO: 3 PINOS MATERIAL DA CARCAÇA: LIGA DE ZINCO RESISTENTE E BUCHA PA 30% GR CONTATOS: LATÃO REVESTIMENTO DE CONTATOS: ESTANHO DIMENSÕES: 2 CM X 7 CM X 2 CM		
09	UND	01	PLUG TR P10 MONO C/ MOLA RJ2PP-NN CORPO LIGA DE ZINCO FUNDIDO ISOLAMENTO PA66 30% GR E PLACA DE BAQUELITE CONTATO LATÃO CHAPEAMENTO DE CONTATOS NÍQUEL		
10	UND	03	PILHA ALCALINA LR06 C/02 AA TIPO DA BATERIA: AA / LR6 ALCALINA TENSÃO DA PILHA: 1,5 VOLT COMPOSIÇÃO QUÍMICA: ALCALINA METAIS PESADOS: SEM CD, SEM HG, SEM PB INTERCAMBIÁVEL COM: AA, LR6, AM3, 15A, MN1500		
11	UND	01	PLUG P2 TRS 3,5MM NICKEL PLUGUE P2 STEREO WC 1323 TRS MLBKNI LIGUE 3,5MM TRS MACHO LINHA		
12	UND	06	CABO BALANCEADO AUDIO 0,30MM MOD X30 PRETO DESCRIÇÃO DO PRODUTO: CABO DE MICROFONE BALANCEADO COM LIGA DE COBRE OFHC (ISENTO DE OXIGÊNIO), BLINDAGEM TRANÇADA + FITA DE ALUMÍNIO, BITOLA 0,30MM <sup>2</sup> /22AWG.		
13	SV	01	SERVIÇO DE MANUTEÇÃO SOM PLENARIO INSTALÃO DA MESA DE SOM, INSTALAÇÃO MICROFONES SEM FIO, REVISÃO NO AMPLIFICADOR, MICROFONES COM FIO, CAIXAS DE SOM E TODOS OS CABOS DO SOM, REGULAGEM		



## CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO:

Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

## CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

<b>Dotação Orçamentária</b>	01.031.0001.2002 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA
<b>Elemento de Despesa</b>	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA
<b>Elemento de Despesa</b>	4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
<b>Elemento de Despesa</b>	3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
<b>Fonte de Recurso</b>	1.500000000000 Recursos Próprios

## CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:



O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a Nota Fiscal e Relatório de Atividades executadas, onde ambos os documentos deverão ser devidamente atestados.

A Contratada deverá emitir Fatura/Nota Fiscal eletrônica correspondente ao objeto fornecido, sem rasuras, fazendo constar na mesma as informações bancárias tais como, o número de sua conta, o nome do Banco e respectiva Agência

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:**

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

a - Início: 3 (três) dias

b - Conclusão: A vigência do presente contrato será determinada a partir da sua assinatura até o dia 31/12/2025, podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

a - Executar devidamente o serviço descrito na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;



e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:**

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso II, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:**

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 05 (cinco) dias da comunicação escrita do Contatado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 30 (trinta) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:**

O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa;



III - Impedimento de licitar e contratar;  
IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.  
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:  
I - A natureza e a gravidade da infração cometida;  
II - As peculiaridades do caso concreto;  
III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;  
IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;  
V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.  
§ 2º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, será de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:**

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Araguaçu - TO.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02 (duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Sandolândia - TO, 00 de . de ..... de 2025.

**ATHOS DIEGO RIBEIRO DE SOUZA**  
Representante legal do Contratante

---

Representante Legal da Contratada

#### **TESTEMUNHAS:**

1-

2-



Estado do Tocantins  
Câmara Municipal de Sandolândia





# DIÁRIO OFICIAL

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA

30 de abril de 2025

Diário Oficial nº 059/2025



### Sumário

**PODER LEGISLATIVO**  
**SPENSA DE LICITAÇÃO PRESENCIAL N° 014/2025** ..... 1

### PODER LEGISLATIVO

#### SPENSA DE LICITAÇÃO PRESENCIAL N° 014/2025

Câmara Municipal de Sandolândia - TO, Torna Público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento o processo Administrativo nº 092/2025, Dispensa de Licitação nº 014/2025, que tem por objeto: Contratação de Empresa para a manutenção do Sistema de SOM do Plenário da Câmara Municipal de Sandolândia/TO, com fornecimento de material e mão de obra. Recebimento das Propostas adicionais de 05/05/2025 de 09h00, até 08/05/2025 às 09h00, através do e-mail: [poderlegislativosandolandia@gmail.com](mailto:poderlegislativosandolandia@gmail.com) ou presencialmente na Sede da Câmara Municipal de Sandolândia - TO, situada na Rua Dona Sena, s/nº, com Av. Joaquim Rodrigues de Moraes s/nº, centro, na cidade de Sandolândia/Estado do Tocantins. Legislação: art. 75, inc. II, da Lei nº 4.133/2021 e Portaria 001/2024. Documentos disponíveis no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Sandolândia - TO, [www.sandolandia.to.leg.br](http://www.sandolandia.to.leg.br). Informações através do telefone: (63) 9108-7665, e-mail: [poderlegislativosandolandia@gmail.com](mailto:poderlegislativosandolandia@gmail.com).

Sandolândia/TO, 30/04/2025.

ATHOS DIEGO RIBEIRO DE SOUZA  
Presidente da Câmara Municipal de Sandolândia



Estado do Tocantins  
Câmara Municipal de Sandolândia

(LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP)



**Aviso Dispensa de Licitação nº 014/2025 (RATIFICADO)**  
**Processo Administrativo nº 092/2025**

**DA UNIDADE CONTRATANTE/ÓRGÃO:**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA**

**OBJETO:** Contratação de Empresa para a Manutenção do Sistema de SOM do Plenário da Câmara Municipal de Sandolândia/TO, com fornecimento de material e mão de obra.

**VALOR TOTAL LIMITE DE CONTRATAÇÃO - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

- Limite estabelecido na LEI FEDERAL N 14.133/2021, COM FULCRO NO ARTIGO 75, INCISO II (Vigência).
- Portaria 001/2024

**PERÍODO DE PROPOSTAS**

- De 05/05/2025 às 09h00
- Até 08/05/2025 às 09h00

**LOCAL:** Câmara Municipal de Sandolândia, situada na Rua Dona Sena, esq. com Av. Joaquim Rodrigues de Moraes s/nº, centro, na cidade de Sandolândia /Estado do Tocantins, e-mail: poderlegislativosandolandia@gmail.com.

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**SIM**

A Câmara Municipal de Sandolândia - TO, torna público que realizará Dispensa Eletrônica **EM RAZÃO DE BAIXO VALOR**, com critério de julgamento tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, na hipótese da LEI FEDERAL N 14.133/2021, COM FULCRO NO ARTIGO 75, INCISO II e demais legislação aplicável.



## 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação direta Contratação de Empresa para a Manutenção do Sistema de SOM do Plenário da Câmara Municipal de Sandolândia/TO, com fornecimento de material e mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação ocorrerá compreendendo o(s) quantitativo(s) conforme tabela constante no termo de referência anexo a este aviso.

1.2.1. Havendo mais de UM item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO:

2.1 O Credenciamento será realizado a partir das 09h00, do dia 05/05/2025, na Sede da Câmara Municipal de Sandolândia - TO, com os documentos relativos à PROPOSTAS DE PREÇOS e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO definidos neste Edital e seus anexos, deverão ser protocolados, até as 09h00 horas do dia 08/05/2025, na Sede da Câmara Municipal de Sandolândia, localizada na Rua Dona Sena, esq. com Av. Joaquim Rodrigues de Moraes s/nº, centro, na cidade de Sandolândia / Estado do Tocantins, ou através do e-mail: [poderlegislativosandolandia@gmail.com](mailto:poderlegislativosandolandia@gmail.com).

2.2 Para participação na presente licitação, às empresas deverão se apresentar para o certame através de procurador devidamente constituído, devendo apresentar no início da licitação, PROCURAÇÃO com poderes específicos ou CARTA DE CREDENCIAMENTO com firma reconhecida em cartório (ANEXO II).

2.2.1 Fica dispensada a exigência de procuração ou carta de credenciamento, caso a representação na licitação se faça através de diretor ou sócio da empresa, devidamente comprovado através da apresentação de qualquer documento abaixo:

2.2.2 - Registro Comercial, no caso de Empresa Individual;

2.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado,



em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

2.2.3.1 - Os documentos em apreço deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva;

2.2.4 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

2.2.5 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

2.2.6 - Cópia do CPF e RG do proprietário e sócios.

2.2.7 - AS MICRO EMPRESA, MEI E EMPRESA DE PEQUENO PORTE deverão apresentar no ato do Credenciamento, certidão simplificada como forma de comprovação de enquadramento como MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE emitido pela Junta Comercial da sede da licitante, deverá ser emitida com data do ano vigente, bem como, Declaração de enquadramento de micro empresa e empresa de pequeno porte Anexo VIII.

3. Não poderão participar desta dispensa os licitantes:

3.1.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.1.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.1.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com



agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.1.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

#### 4. DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 A Proposta de Preços deverá ser apresentada no formulário fornecido pela Câmara Municipal de Sandolândia - TO, (Anexo VI) deste Edital, ou em formulário próprio contendo as mesmas informações exigidas no referido formulário, assinado por quem de direito, em 01 (uma) via, no idioma oficial do Brasil, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, constando o preço de cada item, expresso em reais (R\$), com 02 (dois) dígitos após a vírgula no valor unitário, em algarismos arábicos, conforme o formulário mencionado acima, devendo todas as folhas ser rubricadas e numeradas;

4.2 Os preços apresentados na proposta devem apresentar o valor o item ofertado e devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamentos, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.



- 4.3 Constar prazo de validade das condições propostas não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de apresentação da proposta. Não havendo indicação expressa, esse prazo será considerado como tal;
- 4.4 Indicar a razão social da empresa licitante, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento da empresa que efetivamente irá fornecer o objeto da licitação, endereço completo, telefone, fac-símile e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como o número da conta corrente bancária e agência respectiva.
- 4.5 Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão às da proposta. Ocorrendo divergência entre o valor unitário e total para os itens do objeto do Edital, será considerado o primeiro.
- 4.6 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.7 A proposta de preços será considerada completa, abrangendo todos os custos com a Prestação do Serviço/entrega do objeto licitado, conforme disposto no item 4.2.
- 4.8 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste ato convocatório.
- 4.9 A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.
- 4.10 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas, implica em submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação federal mencionada no preâmbulo deste Edital.
- 4.11 As licitantes que enviarem as propostas por e-mail e não comparecerem, terão suas propostas de preços validadas, desde que cumpram todos os requisitos, sendo que



as mesmas não participarão da fase de lances.

## 5. FASE DE LANCES

5.1. No julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observado os prazos máximos para prestação, e qualidade definidos neste Edital.

5.2. Após a abertura das propostas de preços, os autores das ofertas de valores mais baixos poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;

5.3. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de Contratação.

5.4. O Agente de Contratação convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

5.5. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Agente de Contratação, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

5.6. Confirmados os lances, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas neste Edital.

5.7. Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

5.8. Declarado o encerramento da etapa competitiva e ordenada às propostas, o responsável pela condução do processo examinará a aceitabilidade da primeira classificada.

5.9. Analisadas as propostas apresentadas e concluída a etapa de lances verbais, a classificação final dar-se-á pela ordem crescente dos preços, observando-se, quando aplicável, a LC nº 123/2006.



5.10. Se a proposta ou o lance do lote/item de menor oferta não for aceitável, por inexequibilidade, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias o Agente de Contratação examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Agente de Contratação poderá negociar com o participante para que seja obtido valor melhor;

5.11. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de Habilitação do 1º classificado, e, caso este seja inabilitado o Agente de Contratação determinará a abertura do envelope de Habilitação do segundo classificado, e, assim, sucessivamente.

5.12. Nas situações previstas nos subitens 5.8 e 5.9, o Agente de Contratação poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

## 6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

6.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

6.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

6.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

6.3.1. Além da documentação supracitada, o agente de contratação, ou gestor de compras responsável pela operacionalização da dispensa eletrônica, poderá solicitar do



fornecedor com a melhor proposta planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, com os valores adequados à proposta vencedora, desde que seja necessário a observação da exequibilidade de preços.

6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. contiver vícios insanáveis;

6.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.7. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.7.1. para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;

6.7.2. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.



- 6.7.3. será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.
- 6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 7. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações posteriores ou consolidação, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em



funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

c) Cédula de identidade(s) dos representante(s) legal(is);

**7.1.1. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de Regularidade referente a Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da Jurisdição Fiscal do estabelecimento licitante;
- d) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS);
- e) Prova de Regularidade referente a Débito Municipal da Jurisdição Fiscal do estabelecimento licitante;
- f) Prova de Regularidade referente a Débitos Trabalhistas - CNDT, junto à Secretaria do Ministério do Trabalho.
- h) Declaração, sob as penas da lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação em qualquer esfera de poder;
- i) Declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto do inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal;

7.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

7.2.1. A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

7.3. Quando for o caso, o fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

7.3.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.



7.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será

suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.5.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.6. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

7.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.9. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/));

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

7.9.1. A consulta aos dois cadastros - CEIS e CNJ - na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 - Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na contratação. A Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP do Portal da Transparência.

7.9.2. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a



substituição das consultas das alíneas "a", "b" e "c" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

7.9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.9.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.9.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

7.9.6. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.10. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

#### 7.1.2 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- NÃO SE APLICA

#### 7.1.3. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1.3.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

### 8. DOS RECURSOS

8.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no primeiro dia útil seguinte ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

8.1.1 - As petições poderão serem encaminhadas por e-mail, podendo ainda



serem protocolizadas na Sede da Câmara Municipal de Sandolândia - TO.

**8.2** - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Agente de Contratação ao vencedor.

**8.4** - Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

## **9. CONTRATAÇÃO**

**9.1** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**9.2** O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

**9.3** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

**9.4** O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**9.5** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**9.6** referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.7** a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

**9.8** a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**9.9** A vigência do presente contrato será determinada: 12 (doze) meses., a partir



da data de sua assinatura ou até o término do trabalho, podendo ser prorrogada e alterada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

9.10 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## 10. SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 10.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 10.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 10.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

- 10.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 10.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b) Multa de 10% (dez por



cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

10.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não



consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O procedimento será divulgado, portal da transparência da Câmara Municipal de Sandolândia - TO, Diário Oficial do Município de Sandolândia - TO.

11.2. No caso de todos os participantes restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

11.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

11.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

11.2.3. 9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento, e devidamente publicado no portal do órgão.

11.2.4. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

11.3. As providências dos subitens 11.2.1 e 11.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

11.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

11.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça



a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

11.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

11.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

11.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

11.11. Da sessão pública será divulgada Ata no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Sandolândia - TO.

11.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.12.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
- 11.12.2. ANEXO II CARTA DE CREDENCIAMENTO
- 11.12.3. ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA;
- 11.12.4. ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES;
- 11.12.5. ANEXO V - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTO
- 11.12.6. ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO.

Sandolândia - TO, 30 de abril de 2025.

Quetuni Breno Menezes de Sousa  
Treasurer  
Data n.º 001/2025 de 02 de Janeiro de 2025

QUETUNI BRENÁ MENEZES DE SOUSA  
Agente de Contratação

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTERA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

2365815430  
O TERRITÓRIO NACIONAL

NOME  
RUBENS PINHEIRO MENDONCA



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF  
3484528 SSP GO

CPF  
762.539.531-68  
DATA NASCIMENTO  
10/12/1976

FILIAÇÃO  
JOSE DOS REIS MENDONCA

MARIA GRACAS PINHEIRO  
DE OLIVERIA MENDONCA

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
AB

Nº REGISTRO  
02119262055

VALIDADE  
17/03/2032

1ª HABILITAÇÃO  
27/11/1995

OBSERVAÇÕES

*Rubens Pinheiro Mendonca*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
GOIANIA, GO

DATA EMISSÃO  
18/03/2022

*Marcos Roberto Silva*  
Marcos Roberto Silva - Presidente do DETRAN-GO

023 8885579  
GO156039230

ASSINATURA DO EMISSOR

GOIÁS

DENATRAN

2365815430

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME  
MARCIÁ CARVALHO DE SALES

1ª HABILITAÇÃO  
14/03/2008



3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO  
30/01/1980 BENEDITO LEITE/MA

4a DATA EMISSÃO  
27/10/2022

4b VALIDADE  
26/10/2032

ACC



4c DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF  
4072174 DGPC GO

4d CPF  
931.941.101-87

5 N° REGISTRO  
04316764229

9 CAT. HAB.

AB

NACIONALIDADE  
BRASILEIRO

FILIAÇÃO  
JOSE RIBEIRO DE SALES

MARIA DE JESUS CARVALHO DE SALES

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		26/10/2032	
A1			
B		26/10/2032	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

A

EDUARDO MACHADO  
PRESIDENTE DETRAN - GO

ASSINATURA DO EMISSOR

81030746632  
GO161164676

LOCAL  
GOIANIA, GO

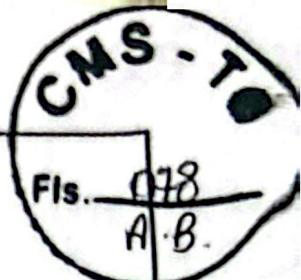
GOIÁS

2451636440



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
05.298.585/0001-91  
MATRIZ

### COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA DE ABERTURA  
13/09/2002

NOME EMPRESARIAL  
CLICK FOTO MUSIC LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
CLICK FOTO MUSIC

PORTE  
EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
47.56-3-00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática  
47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação  
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo  
47.57-1-00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação  
77.29-2-02 - Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais  
77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaiques  
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas  
95.21-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO  
R NOVE

NÚMERO  
S/N

COMPLEMENTO  
QUADRA03 LOTE 08

CEP  
76.550-021

BAIRRO/DISTRITO  
CENTRO

MUNICÍPIO  
PORANGATU

UF  
GO

ENDEREÇO ELETRÔNICO  
CLICKMUSICPGTU@GMAIL.COM

TELEFONE  
(62) 3367-2008/ (62) 9192-6161

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
04/12/2004

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

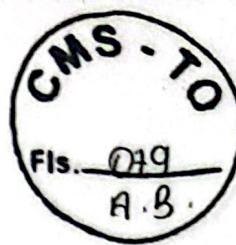
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 22/04/2025 às 12:58:35 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**ESTADO DE GOIAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA  
SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL  
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITO**



**CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA**

NR. CERTIDÃO: Nº 51859555

### **IDENTIFICAÇÃO:**

**NOME:**  
**CLICK FOTO MUSIC LTDA**

**CNPJ**  
**05.298.585/0001-91**

**DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):**

**NAO CONSTA DEBITO**

## **FUNDAMENTO LEGAL:**

Esta certidão é expedida nos termos do Parágrafo 2 do artigo 1º, combinado com a alínea 'b' do inciso II do artigo 2º, ambos da IN nº. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nº. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento hábil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Pública Estadual, nos termos do inciso II do art. 68 da Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021.

## SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereço:

<https://goias.gov.br/economia/>

**Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.**

**VALIDADOR: 5.555.571.821.746**

**EMITIDA VIA INTERN**

SGTI-SEFAZ:

**LOCAL E DATA: GOIANIA, 22 ABRIL DE 2025**

**HORA: 13:2:49:5**



ESTADO DE GOIÁS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORANGATU

SECRETARIA DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

NÚMERO 11985 / 2025



CERTIFICAMOS que, até a presente data, NÃO CONSTA(M), nas bases informatizadas e integradas do sistema de arrecadação da Secretaria de Fazenda do Município, débito(s) ou pendência(s) fiscal(is), em nome do(a) Contribuinte abaixo indicado(a):

**I - Identificação do Contribuinte**

Nome: **CLICK FOTO MUSIC LTDA**

CNPJ: **05.298.585/0001-91**

Inscrição Municipal: **46462004**

Atividade Econômica: **225090**

Endereço: **R NOVE, Nº: S/N, CENTRO, QUADRA03 LOTE 08, CEP: 76.550-021**

Cidade: **PORANGATU - GO**

Ficam ressalvadas os direitos da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORANGATU, por quaisquer omissões ou irregularidades verificadas posteriormente.

Setor de cadastro e informações fiscais da Secretaria da Fazenda do Município.

Chave eletrônica de identificação: **D1A6\$Z58teX**

Data Validade: **23/05/2025**

Número Via: **1**

Data Emissão: **23/04/2025**

Usuário: **Emitido pela Internet**



Estado de Goiás

Poder Judiciário



**TODAS AS COMARCAS  
CERTIDÃO PARA LICITAÇÃO PÚBLICA  
NEGATIVA**

SRA. (SR.) ESCRIVÃ(O) DO CARTÓRIO  
DISTRIBUIDOR DA COMARCA DE  
PORANGATU, ESTADO DE GOIÁS, NA  
FORMA DA LEI, ETC.

CERTIFICA a requerimento da parte interessada que, revendo os registros do banco de dados informatizado do Sistema Processual Eletrônico do TJGO, pesquisando as ações de **Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, ME e EPP; Recuperação Extrajudicial; e Recuperação Judicial em andamento**, verifica-se **NADA CONSTAR** em nome de:

**Identificação:**

Requerente : Click Foto Music LTDA  
CNPJ : 05.298.585/0001-91  
Domicílio :

**Esta certidão não abrange a pesquisa de ações cíveis diversas das mencionadas acima.**

**NADA MAIS.** É o que foi pedido para certificar, de que se reporta e da fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca, do Estado de Goiás, em 23 de abril de 2025.

---

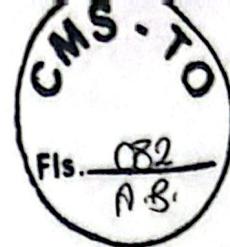
Assinatura da(o) Escrivã(ao) Responsável  
Porangatu - Distribuidor

Valor da certidão : R\$ R\$ 55,08  
Valor da taxa judiciária : R\$ R\$ 19,17  
Total : R\$ R\$ 74,25  
Data da receita : 22/04/2025  
Guia n° : 07735283-1/50

12:52:30 Ironeide do Carmo Santos 52416190  
PRAZO DE VALIDADE: 30 DIAS

Voltar

Imprimir



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 05.298.585/0001-91

**Razão Social:** FOTO GRACINHA LTDA

**Endereço:** AVE ADELINO AMERICO DE AZEVEDO N 202A / CENTRO / PORANGATU / GO / 76550-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 13/04/2025 a 12/05/2025

**Certificação Número:** 2025041301201284354169

Informação obtida em 22/04/2025 13:05:55

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: CLICK FOTO MUSIC LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 05.298.585/0001-91

Certidão nº: 22253622/2025

Expedição: 22/04/2025, às 13:16:10

Validade: 19/10/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CLICK FOTO MUSIC LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.298.585/0001-91**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

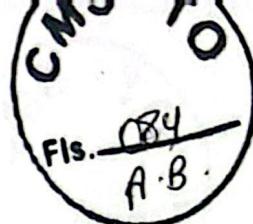
Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CLICK FOTO MUSIC LTDA  
CNPJ: 05.298.585/0001-91

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 13:01:44 do dia 22/04/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/10/2025.

Código de controle da certidão: 713F.9DE8.3395.D6F9

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CÍVEIS



Nº : 104353240173

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CÍVEL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, NADA CONSTA em tramitação contra:

Requerente : CLICK FOTO MUSIC LTDA

CNPJ : 05.298.585/0001-91

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados a razão social e o CNPJ como digitados, sendo que o destinatário deve conferir a razão social e a titularidade do número do CNPJ informado;
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : 104353240173

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 22 de abril de 2025, às 13:43:20  
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição  
Avenida Assis Chateaubriand nº. 195 Setor Oeste CEP 74130-012  
Data da última atualização do banco de dados: 22 de abril de 2025



PROCESSO ADMINISTRATIVO: 092/2025  
Dispensa de Licitação nº 014/2025

#### JUSTIFICATIVA

Em atenção ao andamento do processo de Dispensa de Licitação nº 014/2025, emite-se a presente justificativa de preço com vista à contratação da empresa CLICK FOTO MUSIC LTDA, CNPJ: 05.298.585/0001-91, com arrimo na proposta e documentação, da qual consta registro de que o menor preço ofertado foi o da empresa mencionada, comprovando, desse modo, a compatibilidade do preço ofertado com a realidade do mercado, bem como a vantajosidade da contratação pretendida.

No tocante à razão da escolha da empresa CLICK FOTO MUSIC LTDA, esta se dá em razão da verificação de que a proposta por ela apresentada cumpre os requisitos dispostos no Termo de Referência, anexo ao Aviso de Contratação Direta referente à Dispensa de Licitação nº 014/2025.

Sandolândia - TO, 09 de Maio de 2025.

  
ATHOS DIEGO RIBEIRO DE SOUZA  
Presidente da Câmara Municipal de Sandolândia



Processo: 092/2025

Procedimento: Dispensa de Licitação nº 014/2025

## AUTORIZAÇÃO

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DE DESPESA	SUBITEM	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL	( ) Material (x) Serviços
01.031.0001.2002 – MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA	1	R\$ 10.037,73	R\$ 11.761,27	(x) Rec. Próprios ( ) Convênios
01.031.0001.2002 – MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA	4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				(x) Rec. Próprios
01.031.0001.2002 – MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA	3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO				
<b>MODALIDADE</b>					
(x) DISPENSA	( ) INEXIGIBILIDADE			( ) LICITAÇÃO	
<b>FINALIDADE(S) DA(O) COMPRA(S)/SERVIÇO(S)</b>					
<p>Destina-se à despesa com <b>Contratação de Empresa para a Manutenção do Sistema de SOM do Plenário da Câmara Municipal de Sandolândia/TO, com fornecimento de material e mão de obra.</b></p>					
<p>Declaro como ordenador de despesas, para fins do disposto no art. 16, II da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, que a presente despesa tem adequação orçamentária e financeira, e está compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p>					

Sandolândia – TO, 09 de fevereiro de 2025.



PROCESSO ADMINISTRATIVO: 092/2025  
Dispensa de Licitação nº 014/2025

#### JUSTIFICATIVA

Em atenção ao andamento do processo de Dispensa de Licitação nº 014/2025, emite-se a presente justificativa de preço com vista à contratação da empresa CLICK FOTO MUSIC LTDA, CNPJ: 05.298.585/0001-91, com arrimo na proposta e documentação, da qual consta registro de que o menor preço ofertado foi o da empresa mencionada, comprovando, desse modo, a compatibilidade do preço ofertado com a realidade do mercado, bem como a vantajosidade da contratação pretendida.

No tocante à razão da escolha da empresa CLICK FOTO MUSIC LTDA, esta se dá em razão da verificação de que a proposta por ela apresentada cumpre os requisitos dispostos no Termo de Referência, anexo ao Aviso de Contratação Direta referente à Dispensa de Licitação nº 014/2025.

Sandolândia - TO, 09 de Maio de 2025.

  
ATHOS DIEGO RIBEIRO DE SOUZA  
Presidente da Câmara Municipal de Sandolândia



Processo: 092/2025

Procedimento: Dispensa de Licitação nº 014/2025

## AUTORIZAÇÃO

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DE DESPESA	SUBITEM	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL	( ) Material (x) Serviços
01.031.0001.2002 – MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA	1	R\$ 10.037,73	R\$ 11.761,27	(x) Rec. Próprios ( ) Convênios
01.031.0001.2002 – MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA	4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				(x) Rec. Próprios
01.031.0001.2002 – MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA	3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO				
<b>MODALIDADE</b>					
(x) DISPENSA	( ) INEXIGIBILIDADE			( ) LICITAÇÃO	
<b>FINALIDADE(S) DA(O) COMPRA(S)/SERVIÇO(S)</b>					
<p>Destina-se à despesa com <b>Contratação de Empresa para a Manutenção do Sistema de SOM do Plenário da Câmara Municipal de Sandolândia/TO, com fornecimento de material e mão de obra.</b></p>					
<p>Declaro como ordenador de despesas, para fins do disposto no art. 16, II da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, que a presente despesa tem adequação orçamentária e financeira, e está compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p>					

Sandolândia – TO, 09 de fevereiro de 2025.



## **PARECER JURÍDICO**

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 014/2025**

**Requerente: Agente de Contratação**

**Interessado: Câmara Municipal de Sandolândia**

**ASSUNTO:** Contratação de Empresa para a Manutenção do Sistema de SOM do Plenário da Câmara Municipal de Sandolândia/TO, com fornecimento de material e mão de obra.

### **RELATÓRIO**

Vem ao exame dessa Assessoria Jurídica, na forma do art. 72, III, da Lei 14.133/2021, o presente processo administrativo, que visa a “Contratação de Empresa para a Manutenção do Sistema de SOM do Plenário da Câmara Municipal de Sandolândia/TO, com fornecimento de material e mão de obra”.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

Sabe-se que o Parecer Jurídico em Processos Licitatórios cumpre a função de análise à legalidade do procedimento, bem como os pressupostos formais da contratação, ou seja, avaliar a compatibilidade dos atos administrativos produzidos no processo de contratação pública com o sistema jurídico vigente. Desta forma, a conveniência da realização de determinada contratação fica a cargo do Gestor Público, ordenador das despesas.



A Constituição da República, em seu artigo 37, XXI, prevê a obrigatoriedade de licitação para as contratações realizadas pela Administração Pública:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A Constituição Federal acolheu a presunção absoluta de que a realização de prévia licitação produz a melhor contratação, porquanto assegura a maior vantagem possível à Administração Pública, com observância dos princípios, como isonomia e impessoalidade. Todavia, o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, limita sua presunção, permitindo a contratação direta sem a realização de certame nas hipóteses ressalvadas na legislação. Desse modo, a contratação direta não representa desobediência aos princípios constitucionais.

A Lei n. 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, a chamada "Lei das Licitações e Contratos Administrativos", foi publicada com o objetivo de regulamentar o citado dispositivo constitucional, e criar padrões e procedimentos para reger a contratação pela Administração.

A obrigatoriedade da realização do procedimento licitatório é um corolário do princípio constitucional da isonomia, previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 5º, I), pelo qual, todos devem receber tratamento igual pelo Estado. Evita-se, desse modo que os parceiros sejam escolhidos por critérios de amizade pessoal e outros interesses que não o da consecução



da finalidade pública.

Assim, o objeto imediato e próprio da licitação é evitar a ocorrência do arbítrio e do favoritismo. Segundo o constitucionalista Alexandre de Moraes, "a licitação representa, portanto, a oportunidade de atendimento ao interesse público, pelos particulares, numa situação de igualdade".

Sempre que haja possibilidade de concorrência, sem prejuízo ao interesse público, deverá haver licitação. A contratação direta, sem realização do prévio certame licitatório, somente é admitida excepcionalmente, nas hipóteses trazidas na própria lei, tais situações, contudo, configuram-se em exceções à regra geral. A licitação é regra; a contratação direta, exceção.

Ressalta-se, ainda, que a contratação direta, sem a realização de licitação, não é sinônimo de contratação informal, não podendo a Administração contratar quem quiser, sem as devidas formalidades.

Visando impedir a fraudulenta utilização dos dispositivos que autorizam a contratação direta, o administrador deverá cumprir alguns requisitos, tais como identificação da necessidade, fixação do objeto, definição de recursos orçamentários.

No presente caso, os requisitos para dispensa de licitação encontram-se presentes e respaldados pela legislação pertinente, nos artigo 72 e seus incisos, da lei 14.133/21.

Em que pese à obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem



casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

A dispensa de licitação é uma dessas modalidades de contratação direta, sendo que o artigo 72, da Lei 14.133/21 elenca os possíveis casos de dispensa.

Tendo em vista o valor da contratação, o responsável pelas Licitações, Compras e Contratos sugere que a aquisição se dê por dispensa de licitação, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.

Observa-se que a lei enumerou expressamente as hipóteses de dispensa de licitação, sendo rol taxativo.

A licitação dispensada, ensina Hely Lopes Meirelles, "é aquela que a própria lei declarou-a como tal". José Santos Carvalho Filho acrescenta que esta se caracteriza pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento ser realizado, mas que, pela particularidade do caso, decidiu o legislador não torná-lo obrigatório.

Cabe aqui certa discricionariedade do agente administrativo, já que a licitação não é proibida, entretanto, este deve levar em conta que a realização do certame deve também ser vantajosa para a Administração e respeitar o princípio da economicidade.

A Lei nº 14.133/2021, ao instituir as normas para licitações e contratos da



Administração Pública, autorizou a dispensa de licitação em várias hipóteses, ainda que possível a competição. São circunstâncias peculiares que aconselham a contratação direta, desde que preenchidos os requisitos previstos em lei.

Nesse caso, portanto, o legislador entendeu que, em função do pequeno valor financeiro envolvido, não se justificaria a realização de um procedimento licitatório pela Administração.

Depreende-se, pois, que, nessa hipótese, em razão do pequeno valor envolvido, a legislação autoriza que se reduzam as formalidades prévias às contratações pela Administração Pública.

Consta no presente procedimento que o valor estimado do contrato é de R\$ 11.344,90 (onze mil trezentos e quarenta e quatro reais e noventa centavos, portanto, dentro dos valores contidos na legislação para se enquadrar no procedimento de Dispensa de Licitação.

Conforme valores de mercado o valor a ser contratado no presente procedimento, estará enquadrado na dispensa, ou seja, valores que se mostram compatível com o limite previsto no art. 75, inciso II, da lei 14.133/2021.

Deve-se, todavia, esclarecer que para ser possível a contratação direta por dispensa de licitação no presente caso, substancial restar comprovado que a proposta ofertada é a mais vantajosa para a administração, e, a demonstração de que o valor contratado é equivalente ao praticado no mercado, sendo assim, verificamos que tais exigências foram devidamente cumpridas, pois no presente procedimento foi devidamente juntado 03 (três) cotações de empresas distintas, sendo a empresa escolhida a que ofertou menor valor.



Como em qualquer contratação direta, o preço ajustado deve ser coerente com o mercado, devendo essa adequação restar comprovada nos autos, eis que a validade da contratação depende da razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública.

Desta forma, o gestor deve demonstrar o cumprimento dos princípios atinentes à licitação, principalmente os da impessoalidade, moralidade, probidade e julgamento objetivo, além das exigências gerais previstas na Lei nº 14.133/2021, tais como a comprovação da regularidade da empresa a ser contratada, demonstração de que o valor contratado é equivalente ao praticado no mercado e a motivação da decisão da Administração Pública.

Por fim, interessante e prudente que conste do contrato, que será celebrado, que ambas as partes – contratante e contratada - devem cumprir e respeitar, durante toda a vigência do contrato, o que dispõe no § 1º do artigo 37 da Constituição Federal.

## **CONCLUSÃO**

Uma vez adotadas as providências assinaladas e se abstendo da apreciação dos aspectos inerentes à conveniência e oportunidade mencionados acima, opina-se pela formalização do processo de contratação direta, nos termos do artigo 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

Este parecer é meramente opinativo. contendo uma análise do aspecto formal, estritamente, não tendo abrangência sobre idoneidade de documentos e de informações apresentadas, uma vez que, foge da competência do parecerista tal análise.

Desta feita, a Autoridade Administrativa pode acatá-lo, ou não, conforme a conveniência da Administração.



Estado do Tocantins  
Câmara Municipal de Sandolândia



À consideração superior.

Sandolândia/TO, 09 de maio de 2025.

**CHARLES LUIZ ABREU DIAS**  
**OAB/TO 1682**



Estado do Tocantins  
Câmara Municipal de Sandolândia



Portaria de Dispensa de Licitação nº 014/2025

Declara a Inexigibilidade de Licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE SOM DO PLÉNARIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA/TO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA.**

O Sr.º ATHOS DIEGO RIBEIRO DE SOUZA, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Sandolândia, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a elevada demanda de procedimentos necessário para o bom andamento dos trabalhos administrativos e legislativos da Câmara Municipal de Sandolândia;

CONSIDERANDO os documentos e justificativas constantes no Processo Administrativo 092/2025;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico, com fundamento no artigo Art. 75, inciso II c/c com art. 114 da Lei 14.133/2021,

RESOLVE:

**Art. 1º - DECLARAR A DISPENSA DE LICITAÇÃO com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea "e" da Lei nº 14.133/2021, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE SOM DO PLÉNARIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA/TO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, conforme especificações contidas no Termo de Referência, parte integrante do Processo Administrativo nº 092/2025, em favor da empresa CLICK FOTO MUSIC LTDA, inscrita no CNPJ: 05.298.585/0001-91, pelo valor total de R\$ 11.344,90 (onze mil trezentos e quarenta e quatro reias e noventa centavos)**

**PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE**

**GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA,**  
Estado do Tocantins, aos 09 de Maio de 2025.

  
**ATHOS DIEGO RIBEIRO DE SOUZA**  
**Vereador Presidente**



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 092/2025

Dispensa de Licitação nº 014/2025

O Senhor ATHOS DIEGO RIBEIRO DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Sandolândia - TO, no uso de suas atribuições Legais,

Considerando que o presente Processo Licitatório obedeceu a todas as normas legais recomendadas em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas pertinentes;

Considerando que, é alçada de a Autoridade competente realizar a Homologação e Adjudicação do procedimento licitatório, conforme art. 71, inciso IV da Lei 14.133/2021;

RESOLVE:

**1º — HOMOLOGAR e ADJUDICAR, o Procedimento Licitatório na Modalidade Dispensa de Licitação nº 014/2025, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE SOM DO PLÉNARIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA/TO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, conforme as informações contidas no processo administrativo 092/2025, com fundamento no Art. 75, inciso II c/c com art. 114 da Lei 14.133/2021, em favor da empresa CLICK FOTO MUSIC LTDA, inscrita no CNPJ: 05.298.585/0001-91, pelo valor total de R\$ 11.344,90 (onze mil trezentos e quarenta e quatro reias e noventa centavos)**

**2º — DETERMINAR ao Departamento Contábil competente que proceda formalização necessária nos moldes legais para os registros dentro da Lei de Orçamento em vigor.**

Sandolândia – TO, 09 de Maio de 2025.

  
ATHOS DIEGO RIBEIRO DE SOUZA  
Presidente da Câmara Municipal de Sandolândia



Dispensa de Licitação nº 014/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 092/2025  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 014/2025

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE  
SANDOLÂNDIA E CLICK FOTO MUSIC LTDA  
PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME  
DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA  
FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA - TO, com sede na Rua Dona Sena, esq. com Av. Joaquim Rodrigues de Moraes s/nº, centro, na cidade de Sandolândia /Estado do Tocantins, inscrita no CNPJ sob o nº 37.344.603/0001-10 neste ato representado pelo seu presidente Sr. ATHOS DIEGO RIBEIRO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, agente político, portador do RG nº 924.137 SSP/TO, CPF nº 014.256.481-85, residente e domiciliado à Av. Edielly Goncalves Pugas S/n Qd. 32 Lt. 10 - Sol Nascente, Sandolândia - TO, CEP: 77.478-000, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro CLICK FOTO MUSIC LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.298.585/0001-91, com sede na Rua 09, S/nº, Qd 03 Lt.08 Centro, Porangatu - GO, neste ato representado por seu titular Sr. Rubens Pinheiro Mendonca, inscrito no CPF 762.539.531-68, residente e domiciliado na cidade de Porangatu-GO, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:**

Este contrato decorre da Dispensa de Licitação nº 014/2025, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:**

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada, tem por objeto: Contratação de Empresa para a Manutenção do Sistema de SOM do Plenário da Câmara Municipal de Sandolândia/TO, com fornecimento de material e mão de obra. O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de Dispensa de Licitação nº 014/2025 e instruções do Contratante,



documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ 11.344,90 (onze mil trezentos e quarenta e quatro reais e noventa centavos) a serem pagos em parcela única após a prestação dos serviços, em até 30 (trinta) dias, ou conforme disponibilidade financeira da contratante.

Conforme demonstrado abaixo:

ITEM	DESCRÍÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	MESA DE SOM 12 CANAIS COMBO (ENTRADAS BALANCEADAS XLR OU P-10) COMPRESSOR POR CANAL EQUALIZAÇÃO DE 3 VIAS (GRAVE, MÉDIO E AGUDO) POR CANAL POSSUI EFEITOS DE 24 BITS 99 EFEITOS PROCESSADOR DE EFEITOS COM TELA DE LCD EQUALIZADOR GRÁFICO DE 9 BANDA 1 AUXILIAR SEND ENTRADA USB COM DISPLAY DIGITAL GRAVAÇÃO E REPRODUÇÃO DIRETA EM USB INTERFACE DE ÁUDIO FUNÇÃO BLUETOOTH LEDS INDICADORES DE PICO +48V PHANTOM POWER BIVOLT	UND	01	1.990,00	1.990,00
02	MICROFONE SEM FIO GOOSENECK DE MESA COM 2 BASES INDEPENDENTES DISPLAY EM LED, COM INDICAÇÃO DE CANAL, BATERIA, FREQUÊNCIA E SINAL DE FREQUÊNCIA MICROFONE CONDENSADOR GOOSENECK COM INDICADOR (POWER ON/OFF) CAPSULA ELETRO BOTÃO ON/OFF (APERTE	UND	02	1.390,00	2.780,00



	POR 2 SEGUNDOS) JACK PARA CONEXÃO DA HASTE DO MICRÓFONE COMPARTIMENTO PARA PILHAS JACK USB MINI PARA ALIMENTAÇÃO VIA CABO USB (+5VDC) TECLA SELETORA DE CANAIS RECEPTOR PARA DOIS MICROFONES 16 FREQUÊNCIAS DIFERENTES POR CANAL DISPLAY EM LED COLORIDO COM INDICAÇÕES DE ÁUDIO, FREQUÊNCIA E CANAL. ANTENAS ARTICULÁVEIS TECLA POWER NO PAINEL FRONTAL SAÍDAS DE ÁUDIO P-10 (MIXADA A + B) + 2 SAÍDAS XLR INDIVIDUAIS CONTROLES DE VOLUME EM AMBAS AS SAÍDAS CONECTOR DE ALIMENTAÇÃO TIPO MINI USB FONTE CHAVEADA USB MODELO: CLS-050100 REQUERIMENTO DE ENERGIA: 100 ~ 240VAC (50/60HZ)					
03	MICROFONE SEM FIO DUPLO BASTÃO RECEPTOR PARA DOIS MICROFONES (TRANSMISSOR DE MÃO K-48H) 48 FREQUÊNCIAS DIFERENTES POR CANAL MÉTODO DE PROGRAMAÇÃO PI/4 DQPSK DISPLAY EM LED COLORIDO COM INDICAÇÕES DE ÁUDIO, FREQUÊNCIA E CANAL. ANTENAS ARTICULÁVEIS TECLA POWER NO PAINEL FRONTAL SAÍDAS DE ÁUDIO P-10 (MIXADAS A + B) E XLR CONTROLES DE VOLUME EM AMBAS AS SAÍDAS CONECTOR DE ALIMENTAÇÃO USB TIPO C TRANSMISSOR DE MÃO K-48H 48 FREQUÊNCIAS DIFERENTES POR CANAL GLOBO	UND	01	890,00	890,00	



Estado do Tocantins  
Câmara Municipal de Sandolândia



	ANATÔMICO EM ESTRUTURA METÁLICA MÉTODO DE PROGRAMAÇÃO PI/4 DQPSK, SINTONIA POR CÓDIGO ID. TECLAS POWER E FREQUÊNCIA (TROCA DE FREQUÊNCIA COM APENAS UM TOQUE) DISPLAY EM LED COM INDICAÇÕES DE CANAL, FREQUÊNCIA E CONSUMO DE BATERIA. DINÂMICA UNIDIRECIONAL PADRÃO POLAR CARDIOIDE IMPEDÂNCIA 600 OHMS RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 30HZ/20KHZ					
04	MICROFONE GOOSENECK GOOSENECK DE 60CM COM CÁPSULA CONDENSADORA, PADRÃO POLAR CARDIÓIDE, SAÍDA DE ÁUDIO ATRAVÉS DO CONECTOR XLR BALANCEADO. PESCOÇO DE GANSO AJUSTÁVEL DE 60CM BOTÃO LIGA/DESLIGA COM LED INDICADOR. RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 60HZ - 16000HZ HASTE COM 60CM IMPEDÂNCIA: 600 Ω ALIMENTAÇÃO: 2x1,5V AA SENSIBILIDADE: -45DB CONECTOR: XLR (CABO NÃO ACOMPANHA O PRODUTO) ESPUMA ANTI-PUFF	UND	01	299,00	299,00	
05	CAIXA ACÚSTICA COMPACTA MULTI-USO 3 CANAIS DE ENTRADA / B.T / TWS / EFX BATERIA DE ÍONS DE LÍTIO 1X WOOFER 6,5" BI-AMPLIFICAÇÃO DE 65W 3X FALANTES DE 2,75" PRÉ AMPLIFICADOR COM DSP CONTROLES DE VOLUME, GRAVES, AGUDOS E REVERB INDIVIDUAL EM CADA CANAL	UND	01	2.290,00	2.290,00	



Estado do Tocantins  
Câmara Municipal de Sandolândia



	ENTRADA USB 2 OPÇÕES DE ANGULAÇÃO NO USO COMO MONITOR LEDS INDICADORES DO NÍVEL DE CARGA DA BATERIA SAÍDA LINE OUT AUTO VOLTAGEM (100~240V AC) ENTRADA AUXILIAR VIA CONECTOR P10 DIMENSÕES (LXAP): 240X330X290MM					
06	PLUG XLR (PAR MACHO+FEMEA) MODELO MACHO: RX3MP-NT MODELO FÊMEA: RX3FP-NT COR: PRATEADO (NIQUELADO) COM PRETO TIPO: XLR MACHO E FÊMEA DE LINHA CONEXÃO: 3 PINOS USO RECOMENDADO: ÁUDIO, MICROFONE OU ILUMINAÇÃO CARCAÇA EM LIGA DE ZINCO CONTATOS COM REVESTIMENTO ESTANHADO QUANTIDADE: KIT COM 2 CONECTORES (1 MACHO E 1 FÊMEA) DIMENSÕES: 7 CM X 4 CM X 2 CM	UND	04	27,80	111,20	
07	7PLUG XLR FEMEA RX3FP-NT COR: PRATEADO (NIQUELADO) COM PRETO TIPO: XLR FÊMEA CONEXÃO: 3 PINOS USO: ÁUDIO, MICROFONE OU ILUMINAÇÃO MATERIAL DA CARCAÇA: LIGA DE ZINCO RESISTENTE E BUCHA PA 30% GR CONTATOS: BRONZE REVESTIMENTO DE CONTATOS: ESTANHO DIMENSÕES: 2 CM X 7 CM X 2 CM	UND	06	12,90	83,40	
08	PLUG XLR MACHO RX3MP- -NT TIPO: XLR MACHO CONEXÃO: 3 PINOS MATERIAL DA CARCAÇA: LIGA DE ZINCO RESISTENTE E BUCHA PA 30% GR CONTATOS: LATAO REVESTIMENTO DE	UND	06	13,90	83,40	



Estado do Tocantins  
Câmara Municipal de Sandolândia



	CONTATOS: ESTANHO DIMENSÕES: 2 CM X 7 CM X 2 CM				
09	PLUG TR P10 MONO C/ MOLA RJ2PP-NN CORPO LIGA DE ZINCO FUNDIDO ISOLAMENTO PA66 30% GR E PLACA DE BAQUELITE CONTATO LATÃO CHAPEAMENTO DE CONTATOS NÍQUEL	UND	01	11,90	11,90
10	PILHA ALCALINA LR06 C/02 AA TIPO DA BATERIA: AA / LR6 ALCALINA TENSÃO DA PILHA: 1,5 VOLT COMPOSIÇÃO QUÍMICA: ALCALINA METAIS PESADOS: SEM CD, SEM HG, SEM PB INTERCAMBIÁVEL COM: AA, LR6, AM3, 15A, MN1500	UND	03	14,90	44,70
11	PLUG P2 TRS 3,5MM NICKEL PLUGUE P2 STEREO WC 1323 TRS MLBKNI LIGUE 3,5MM TRS MACHO LINHA	UND	01	19,90	19,90
12	CABO BALANCEADO AUDIO 0,30MM MOD X30 PRETO DESCRIÇÃO DO PRODUTO: CABO DE MICROFONE BALANCEADO COM LIGA DE COBRE OFHC (ISENTO DE OXIGÊNIO), BLINDAGEM TRANÇADA + FITA DE ALUMÍNIO, BITOLA 0,30MM <sup>2</sup> /22AWG.	UND	06	6,90	41,40
13	SERVIÇO DE MANUTEÇÃO SOM PLENARIO INSTALÃO DA MESA DE SOM, INSTALAÇÃO MICROFONES SEM FIO, REVISÃO NO AMPLIFICADOR, MICROFONES COM FIO, CAIXAS DE SOM E TODOS OS CABOS DO SOM, REGULAGEM	SV	01	2.700,00	2.700,00

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO:**

Q



Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Dotação Orçamentária	01.031.0001.2002 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA
Elemento de Despesa/valor	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA - VALOR: R\$ 2.700,00



	3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - VALOR: R\$ 395,90
	4.4.90.52 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - VALOR: R\$ 8.249,00
Fonte de Recurso	1.500000000000 Recursos Próprios

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a Nota Fiscal e Relatório de Atividades executadas, onde ambos os documentos deverão ser devidamente atestados.

A Contratada deverá emitir Fatura/Nota Fiscal eletrônica correspondente ao objeto fornecido, sem rasuras, fazendo constar na mesma as informações bancárias tais como, o número de sua conta, o nome do Banco e respectiva Agência

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

- a - Início: 3 (três) dias
- b - Conclusão: 06 (seis) meses. A vigência do presente contrato será determinada por 06(seis) meses, a partir da sua assinatura podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- a - Efetuar o pagamento relativo à execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
- b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;
- c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua



execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

a - Executar devidamente o serviço descrito na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:**

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso II, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite



fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:**

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 05 (cinco) dias da comunicação escrita do Contatado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 30 (trinta) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:**

O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



§ 2º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, será de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:**

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Araguaçu - TO.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Sandolândia - TO, 09 de maio de 2025.

ATHOS DIEGO  
RIBEIRO DE  
SOUZA:0142564  
8185

Assinado de forma  
digital por ATHOS  
DIEGO RIBEIRO DE  
SOUZA:01425648185  
Dados: 2025.05.09  
11:06:11 -03'00'

CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA  
ATHOS DIEGO RIBEIRO DE SOUZA

Contratante



Estado do Tocantins  
Câmara Municipal de Sandolândia



*Rubens Pinheiro Mendonça*  
Rubens Pinheiro Mendonça  
CPF 762.539.531-68  
Contratado

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-

3-

4-

5-

6-

7-

8-

9-

10-



EXTRATO DE CONTRATO 014/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 092/2025  
Dispensa de Licitação nº 014/2025

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA – TO, com sede na Rua Dona Sena, esq. com Av. Joaquim Rodrigues de Morais s/nº, centro, na cidade de Sandolândia /Estado do Tocantins, inscrita no CNPJ sob o nº 37.344.603/0001-10 neste ato representado pelo seu presidente Sr. ATHOS DIEGO RIBEIRO DE SOUZA, brasileiro, casado, agente político, portador do RG nº 924.137 SSP/TO, CPF nº 014.256.481-85, residente e domiciliado à Av. Edielly Goncalves Pugas S/n Qd. 32 Lt. 10 - Sol Nascente, Sandolândia - TO, CEP: 77.478-000.

Contratado: CLICK FOTO MUSIC LTDA, inscrita com o CNPJ: 05.298.585/0001-91, sediada na RUA NOVE, S/N,QD 03,LT 08, CENTRO 76550-021, Porangatu-GO, neste ato representado por seu seu procurador o Sr. RUBENS PINHEIRO MENDOÇA, brasileiro, no RG. Nº. 34.845-28 SSP GO e CPF Nº. 762.539.531-68.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE SOM DO PLÉNARIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA/TO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA

Base Legal: Art. 75, inciso II c/c com art. 114 da Lei 14.133/2021.

Valor Global: 11.344,90 ( onze mil trezentos e quarenta e quatro reias e noventa centavos)

Vigência: 09/05/2025 a 31/12/2025

Dotação Orçamentária: 01.031.0001.2002 – MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA – ELEMENTO DE DESPESAS 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA  
DESPESAS 4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE  
DESPENSAS 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSOS: 1.500.000.000 Recursos próprios

Foro: Comarca de Araguaçu – TO.

Sandolândia, Estado do Tocantins, em 09 de Maio de 2025.

  
ATHOS DIEGO RIBEIRO DE SOUZA  
Presidente da Câmara Municipal de Sandolândia